

**ACTA N.º 2/2010**

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e dez, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

**- TOMADA DE POSSE DOS ELEMENTOS QUE VÃO CONSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA;**

**1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**

**2. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEI Nº. 7, DE 15 DE JANEIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES – QUADRIÉNIO 2009/2013 – para conhecimento;**

**3. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009. INFORMAÇÃO Nº. 24/DGFEP/2010;**

**4. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº. 23/GAPV/2010;**

**5. CONTRATAÇÃO DE EMPRESTIMO DE MEDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 828.003,10€ E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO. PROPOSTA Nº. 7/DGFEP/2010;**

**6. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR INFORMAÇÃO N.º 45/DED 10-03-17;**

**7. ADESÃO À QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES. INFORMAÇÃO Nº. 28/DDE/2010.**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas:

Raul Fernandes Salvador

Antenor dos Anjos

Álvaro Alves Ferreira

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

José Ferreira de Moura

Ana Luísa Duarte A. Campos M. Ladeiras

Manuel Norberto da Costa Santos

Ana Maria Guedes Chaves Fernandes

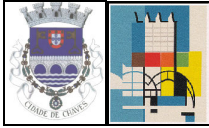
Gilberto Gomes Alves

Nuno Vaz Ribeiro

Maria Aline Silva Ferreira Caetano

Luis Areias Fontes

Sara Isabel Santos Ramos



### **TOMADA DE POSSE DOS ELEMENTOS QUE VÃO CONSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.**

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº. 33/98, de 18 de Julho de 1998, e no artigo 17º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, tomaram posse, diante da Assembleia Municipal, os elementos que compõem o Conselho Municipal de Segurança do Município de Chaves, que compareceram, de acordo com o artigo 4º do citado Regulamento e que a seguir se identificam: *Presidente da Câmara Municipal, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Presidente da Junta de Freguesia da Madalena, Presidente da Junta de Freguesia de Vidago, Comandante da Guarda Nacional Republicana, Comandante da Divisão da Polícia de Segurança Pública de Chaves, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública, Comandante dos Bombeiros Voluntários Flavienses, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vidago, Representantes da Assembleia Municipal: João Maria Teixeira, José Pimentel Sarmento, Francisco António Almeida Viegas, António Manuel Pires de Almeida e Brigitte Raquel Bazenga V. Tomás Gonçalves, o Representante do Ministério Público, o Representante da ACISAT, o Representante da UGT e o Representante da CGTP.*

A acta número um, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

A Senhora deputada Isaura Gomes de Sousa fez uma rectificação/esclarecimento ao último parágrafo da sua intervenção da página treze; onde diz «As Instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, não têm condições», quando referiu as condições diz referir-se a condições físicas.

*Posta à votação foi aprovada por oitenta e seis votos a favor, uma abstenção do Grupo Municipal do PSD, três abstenções do Grupo Municipal do PS, por ausência na última sessão.*

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada na Mesa de várias “Moções” e pediu aos seus subscritores para as ler.

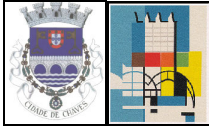
O Senhor deputado **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão** do PSD depois de cumprimentar os presentes procedeu à leitura da primeira que se transcreve:

*“O Grupo Municipal do PSD, na senda das posições públicas assumidas anteriormente, pelos dirigentes autárquicos deste Partido, e atendendo ao crescente descontentamento dos utentes do SNS no Alto Tâmega com a situação que se vive na Unidade Hospitalar de Chaves, com a tendência aceleradamente preocupante de degradação, bem como com a colossal inquietação e contestação acentuada com o deplorável funcionamento da nossa Unidade Hospitalar, que não vem dando uma resposta capaz às necessidades dos cidadãos no seu direito constitucional à saúde, e ainda invocando o princípio da subsidiariedade, para solicitar o apoio necessário para o desenvolvimento desta região do interior tão crescentemente desfavorecida, apresenta a seguinte a”Moção”:*

#### **I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS E CONSIDERANDOS**

**Apesar dos Órgãos Municipais no quadro normativo actual não terem competências específicas na área da saúde, a sua actividade tem contudo como principal objectivo a melhoria da qualidade de vida das populações, o que se inter-relaciona com o estado de saúde da população (em sentido lato e numa perspectiva transversal).**

**Mas para além desta actuação, os Órgãos Municipais estão particularmente interessados na melhoria da prestação de cuidados de saúde às populações do**



Alto Tâmega, dada a Reestruturação dos serviços de Saúde ocorrida recentemente, com a integração do Hospital de Chaves no CHTMAD, EPE no ano de 2007.

Este interesse decorre naturalmente da sequência dos diferentes acontecimentos que precederam a anexação do nosso Hospital ao CHTMAD, EPE, nomeadamente da forte mobilização da nossa população no sentido da Unidade Hospitalar de Chaves manter um Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico.

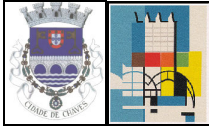
Acresce o facto de haver um sentimento crescente de insatisfação por parte das populações e dos próprios profissionais, uma constatação de perda efectiva de recursos humanos da própria unidade, o que está a determinar alguma insegurança em relação a este sector estratégico de actividade e da vida de uma cidade.

Realça-se o facto da nossa cidade e da região do Alto Tâmega constituírem um exemplo nacional no que concerne à atracção de importantes investimentos públicos e privados, (nomeadamente o Casino de Chaves e o Projecto Aqua-Natura em Vidago) e isto naturalmente determina uma responsabilidade acrescida pela nossa parte em procurar salvaguardar e/ou melhorar a qualidade dos serviços de saúde disponíveis na região.

### II – PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Abril de 2010, preocupada com a ausência de respostas e esclarecimentos do Governo, em geral, e muito em particular da Ex. Ma Sra. Ministra da Saúde, acerca do solicitado na Proposta aprovada por unanimidade por este Órgão deliberativo em 30 de Dezembro de 2009, no que concerne à Unidade Hospitalar de Chaves, delibera o seguinte:

1. Requerer à Ex. Ma Sra. Ministra da Saúde a desvinculação/desintegração da Unidade Hospitalar de Chaves no CHTMAD – Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro;
2. Reafirmar a vontade expressa e inequívoca de que a Unidade Hospitalar de Chaves, que corresponde a 54% da área geográfica total do Distrito de Vila Real e a 48% da população nele residente, seja transformada em Unidade Local de Saúde, adoptando a designação de Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, na qual estejam articulados/integrados os diferentes estabelecimentos e serviços locais de saúde (Hospital, Centros de Saúde, Termas, Unidades de Cuidados Continuados, Sectores Social e Privado de Saúde), traduzindo-se em ganhos efectivos de eficiência e eficácia e integrando os cuidados dos diferentes níveis trazendo mais-valias em relação às Unidades Locais de Saúde já existentes no País;
3. Solicitar às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, a adesão, participação e apoio a esta proposta;
4. Solicitar, também, às Assembleias Municipais de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, a constituição de Comissões com representantes de todos os Grupos Municipais para promover o reforço funcional da Unidade Hospitalar de Chaves, leia-se, Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, e da sua articulação com os Centros de Saúde do Alto Tâmega;



5. Solicitar que, face ao anteriormente exposto, a Comissão constituída nesta Assembleia, em 2009/12/30, elabore uma proposta com um texto a apresentar às demais Comissões que venham a ser constituídas no âmbito das Assembleias Municipais dos Municípios acima referidos, tendo por objectivo a realização de uma “Petição Pública” no Alto Tâmega, para ser agendada, apresentada e discutida na Assembleia da República, sem prejuízo de outras formas de reivindicação, legalmente aceites, que venham a ser definidas;
6. O envio desta deliberação à Exma. Senhora Ministra da Saúde, Exmo. Senhor Primeiro-ministro, Exmo. Senhor Presidente da República, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República e Direcções Parlamentares na Assembleia da República. *Assembleia Municipal de Chaves em 28 de Abril de 2010. O Grupo Municipal do PSD”*

Foi aceite a entrada desta “Moção”, pelo que foi posta à discussão, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

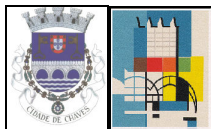
**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse entender que esta é, efectivamente, uma situação delicada.

“Fiz parte da anterior Comissão de Defesa do Hospital, faço parte da actual e sempre estive, inequivocamente, ao lado da criação da Unidade Local de Saúde, no passado como no presente, porque entendo que ela é útil e necessária.

Na apresentação da Proposta do PSD há uma inclusão das Unidades de Saúde do Alto Tâmega. A questão que vou colocar, não será fácil entender mas é a seguinte: Nós estamos integrados num Centro Hospitalar há três anos e quem trabalha no Hospital, conhece a total dependência que neste momento a Unidade de Chaves tem em relação ao CHTMAD. Uma desanexação em conflito pode, na fase actual da saúde em Portugal, com as contenções de gastos e com as dificuldades de meios humanos, vir a ter efeitos negativos, a curto e médio prazos, para a Unidade Hospitalar de Chaves. Neste momento, para além dos aspectos do funcionamento administrativo, foi tudo esvaziado e a CDU desde o início alertou para esse facto. Também nos aspectos profissionais - não porque neste momento os médicos sejam mais ou menos importantes - mas porque são o grupo profissional que está em défice no País e na Região, podemos arriscar-nos a uma situação delicada. Se recordam, a reformulação proposta no passado mês de Dezembro, da Unidade Local de Saúde, não implicava a desintegração dos hospitais. A criação do Centro Hospitalar foi um erro e muito prejudicial para a unidade Hospitalar de Chaves.

É meu entendimento que a situação, do ponto de vista jurídico, pode ser delicada e a bandeira que nós devíamos defender era a Unidade Local de Saúde com todos os benefícios que daí advêm. Devemos igualmente manter uma pressão fortíssima para que a Administração do Centro Hospitalar reforce o trabalho clínico e melhore aquilo que tanto prometeu e que não fez até agora, mas que tem de fazer. No momento em que estamos, sempre que vêm médicos novos os contratos são feitos com o Centro Hospitalar e à primeira rotura o compromisso é com o Centro Hospitalar. Podemos tomar as posições que entendamos e levá-las até ao fim.

A Unidade Local de Saúde continua a ser indispensável, e uma obrigação da política nacional de saúde, mas neste momento uma desanexação em conflito, não sei se será o mais benéfico para o nosso Hospital. Gostaria que antes de fazer qualquer votação fosse feita uma reflexão sobre a situação, porque foi sempre assim que a CDU actuou, desde 2006, memo quando ficou sozinha na votação contra a criação do Centro Hospitalar.”



**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS**, do PS – cumprimentou os presentes e disse que o Partido Socialista está hoje aqui, como esteve no passado, a procurar encarar de forma responsável as questões que dizem respeito à saúde no nosso Concelho.

“Saúdo, embora me suscite alguma estranheza, a apresentação desta Moção pelo Grupo Municipal do PSD, quando na última reunião deste Órgão, foi criado um novo Grupo de Trabalho, para acompanhamento das questões da saúde. Tal como o Senhor deputado Manuel Cunha, também eu integrei o anterior Grupo e integro o actual. Queremos estar de uma forma responsável e saudável a encarar estas questões e, antes de qualquer tomada de posição, entendemos que este Grupo pudesse reunir, tanto mais que na Moção é referido que desde Dezembro de 2009, a Senhora Ministra não deu qualquer resposta às questões da Saúde.

Sabemos que os Senhores Presidentes de Câmara do Alto Tâmega tiveram uma reunião com a Senhora Ministra da Saúde, cujas conclusões foram aqui apresentadas e tidas como aceites e seria importante, nesta altura, que o Grupo de Trabalho constituído para este efeito tivesse reunido, tivesse ponderado sobre as conclusões dessa mesma reunião com a Senhora Ministra e fosse tomada uma posição mediante o estudo concreto das decisões aí tomadas.

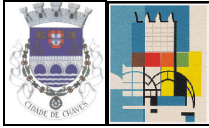
O Grupo Municipal do Partido Socialista, procurando e querendo encarar com seriedade esta questão, olha com algum receio esta tomada de posição. Reconhecemos que não temos neste momento uma avaliação efectiva sobre a criação das Unidades Locais de Saúde e, neste contexto, entendemos que devemos ter o cuidado de ponderar bem toda e qualquer decisão a tomar, sempre com o interesse focado no que possa ser a melhoria da prestação de cuidados de saúde no Alto Tâmega em geral e no nosso Concelho em particular. Apelamos ao Grupo Municipal do PSD para que analise a sua Proposta de Moção e a possibilidade de reunir o Grupo Municipal de Acompanhamento, que foi criado com este objectivo. Em consciência e porque a saúde é uma situação extremamente importante para os cidadãos, sem fazer dela qualquer aproveitamento político, devemos olhá-la com seriedade, procurando envolver todos aqueles que possam ter uma palavra a dizer nesta matéria e esses são todos os cidadãos eleitos que representam os flavienses nos órgãos respectivos”.

**JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES** do CDS – disse que a sua posição quanto ao sistema de saúde português é completamente diferente.

“ No País onde nasci a Segurança Social cobre todos os cuidados básicos de saúde e o sistema organizacional é muito diferente do português. A legislação permite que todo o cidadão europeu, nomeadamente os residentes nas fronteiras, pode utilizar os serviços de saúde prestados no País vizinho.

Se estamos aqui a discutir a situação do nosso Hospital como organização é uma coisa, mas como política de saúde é outra. Se estamos a defender uma organização porque é de Chaves estou de acordo e votaria de bom grado a Proposta do PSD, mas em termos de acesso à saúde, nós estamos na idade média. Isto porque os nossos cidadãos, sendo cidadãos europeus, com o seu cartão de cidadão, chegam a um hospital francês e são tratados gratuitamente sem necessidade de apresentar outro documento que não seja o cartão e isso do ponto de vista da cidadania é que é importante. Andamos com Moções há quatro/cinco anos e ainda não serviram de nada. Se é para defendermos o nosso Hospital estou de acordo com o que disse o Senhor deputado Manuel Cunha. Mas nós residimos numa fronteira e muitos dos nossos alunos, pese embora tenhamos aqui um Hospital e uma Escola de Enfermagem, estão a trabalhar em Espanha, onde são tratados com dignidade. Todas estas Moções são importantes e votaria a favor delas todas, mas devemos





pensar que quem está na base de tudo isto é o cidadão e tem direito ao acesso dos cuidados básicos, ou não? Será que temos?”

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – usou de novo da palavra para dizer que registou com surpresa a inflexão do Partido Comunista sobre esta matéria.

“ Para quem tanto defendeu determinadas posições, quer nesta Assembleia, como na Comunicação Social, é estranha esta inflexão na matéria que se está a discutir sobre o nosso Hospital.

Relembro que esta Proposta de Moção do Grupo Municipal do PSD vem precisamente, no seguimento da Proposta que foi apresentada em Dezembro passado. Não está escrito, nesta Moção, em momento algum, que pretendemos que a Assembleia Municipal aprove seja o que for numa situação de conflito. Por isso houve muito cuidado na redacção do documento, para que não houvesse essas interpretações e ferisse a sensibilidade de alguns deputados mais sensíveis e até a Senhora Ministra da Saúde. Não utilizámos os termos propostos pela CDU na Moção apresentada na sessão deste Órgão realizada em Dezembro de 2009, que foi aceite, e que exigia a tomada de medidas concretas, com a qual concordámos.

Neste momento a questão é muito simples; o Grupo Municipal do PSD nunca pretendeu tratar esta matéria de forma política. Não pretendemos que a Moção seja aprovada em nome do Grupo Municipal do PSD, por isso é que fizemos a distinção entre os considerandos e depois a Proposta, para que seja aprovada em nome da Assembleia Municipal, da mesma forma que foi aprovada em Dezembro a da CDU, por unanimidade.

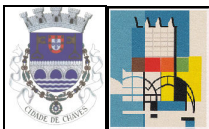
Senhora deputada Paula Barros não há aqui nenhuma estranheza por ser apresentada agora esta Moção pelo PSD. A estranheza que esta Assembleia deveria realçar é o porquê de nem o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, nem outros partidos políticos e particularmente a Senhora Ministra da Saúde, não ter respondido a uma só questão que esta Assembleia colocou e aprovou por unanimidade no mês de Dezembro de 2009”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – voltou a usar da palavra para dizer que sabe o que disse sobre a saúde, em cada uma das intervenções que fez.

“Em Dezembro propusemos a esta Assembleia que exigisse o reforço do funcionamento e da composição do Hospital de Chaves, isto porque os cidadãos têm direito a exigir condições de saúde dignas, ao poder político e ao Ministério da Saúde que é o responsável. A Moção apresentada em Dezembro apontava para a avaliação de uma Unidade Local de Saúde, mas não referia a desintegração.

Eu não tenho nada contra a desintegração, desde que seja feita de uma forma articulada; se fizer uma lista o primeiro médico que deixa de poder trabalhar em Chaves sou eu. Presto serviço na Unidade Hospitalar de Chaves há treze anos; trabalhei a partir do Hospital de Santo António, trabalhei a partir do Centro Hospitalar de Vila Real Peso da Régua e depois da integração, tenho trabalhado dentro daquilo que é um serviço unificado. Com a falta de meios humanos que se verifica neste momento, em todo o Centro Hospitalar, nós podemos encontrar uma forma para que a desintegração seja feita sem conflito, isto porque ao menor conflito, à menor crispação, o Centro vem buscar todos os recursos humanos que estão em Chaves e não são assim tão poucos, dentro do pouco que neste momento o Hospital de Chaves tem.

A tónica, em minha opinião, tem de ser: exigir o reforço funcional do Hospital de Chaves e denunciar que até agora as nossas reivindicações tiveram uma tradução muito pequenina em termos do nosso Hospital, para não dizer irrelevante. Ao mesmo tempo devemos pensar que se queremos propor a desintegração, pode acontecer



que o Centro Hospitalar e o Governo aceitem essa hipótese e pode acontecer que, na situação actual do País e da medicina, isso não seja bom.

Repito que deveríamos manter a exigência da melhoria funcional da Unidade de Chaves, o reforço das suas competências reais, que o Centro Hospitalar esvaziou por completo e, até agora, não vi medidas nenhuma para inflectir isso. Admito que sejam feitas negociações no sentido de perceber qual é a sensibilidade do Ministério e da Administração do Centro Hospitalar sobre a eventual desintegração da Unidade de Chaves, para avaliar se podemos encontrar um caminho por aí. É necessário pensar que, desde que foi criado o Centro Hospitalar, muitos dos recursos humanos médicos próprios de Chaves desapareceram. As pessoas estão a pensar numa série de médicos que estão contratados pelo Centro Hospitalar, sem vínculo directo ao Hospital de Chaves. Os médicos do Hospital de Chaves que neste momento mantêm o vínculo são muito poucos. É necessário ponderar as situações com calma, colocar a tónica na Unidade Local de Saúde, que pode existir sem desintegração, ou pode ser negociada a desintegração acautelando os interesses da Unidade Hospitalar de Chaves.

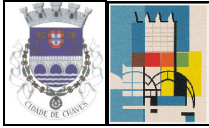
**BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES**, do PS – cumprimentou os presentes e disse saudar a tomada de posição de alguns colegas deputados, ao abandonar alguma demagogia e promover a discussão séria, centrada, técnica e política sobre esta matéria.

“Lamentavelmente não posso deixar de salientar a tónica de alguma vaidade e ocupação de algum espaço político, que me parece estar a querer revelar-se com esta Moção, que acho incompreensível. Isto porque não acredito que nesta sala haja pessoas que queiram melhores cuidados de saúde do que outros. Todos queremos melhores cuidados de saúde.

Politicamente eu não renego o meu passado e em 2007 fui tendencialmente favorável à integração do nosso Hospital – que já na altura estava num estado degradante – no CHTMAD. Confesso-me desiludida sem dúvida e sei que todos nós o estamos. Estou desiludida e não posso estar menos contra os considerandos e pressupostos em que esta Moção foi redigida. Tenho a expectativa que a mesma seja retirada e tenho alguma tendência a votar contra a mesma, ou a abster-me, caso não seja retirada e explico porquê.

Entendo que esta Moção assenta e não deveria ser assim, em pressupostos meramente empíricos. Custa-me a entrar na cabeça e no ouvido adjectivações como «crescente insatisfação», «degradação e inquietação crescente», «deplorável funcionamento». As palavras ficam com quem as diz, eu não as subscrevo porque não concordo. Encontro que efectivamente existem coisas que não correm bem. Já disse aqui que juridicamente não acho que o caminho que se está a seguir seja este e tenho de concordar com o Senhor deputado Manuel Cunha quando diz que é necessário ter muito cuidado com esta matéria; Unidade Local de Saúde não significa necessariamente uma desanexação. Esta Moção defende a Unidade Local de Saúde com pressupostos que são empíricos e carecem de ser provados e testados, nomeadamente o que se vai traduzir em ganhos de eficácia? Que vão incluir as unidades de cuidados continuados e todos os Centros de Saúde da Região? Com que base se afirma isto e como é que este percurso se vai fazer? Ou temos alguma sustentação e há estudos que efectivamente nos possam levar a votar favoravelmente esta Moção, ou ela não deixa de ser um conjunto demagógico de palavras para tomar determinada posição política que eu, não quero subscrever.

Por outro lado parece-me que se fez tábua rasa de uma série de acontecimentos que ocorreram desde Dezembro até à presente data. É que já não está tudo igual, nomeadamente quanto à posição do Governo e as respostas que a Senhora Ministra



tem vindo a dar, quer quanto à Unidade Local de Saúde - que não fechou a porta – quer quanto ao reforço dos serviços e de recursos humanos”.

**JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** do PSD – usou da palavra para frisar que esta será, talvez uma das intervenções mais difíceis de fazer, na sua vida política.

“Vou tentar ser claro, o que será difícil, tendo em conta a complexidade do assunto que está em análise. Em 1º lugar não conheço em Portugal nenhuma Unidade Local de Saúde que integre um Hospital e os seus Centros de Saúde de influência e que esse Hospital faça parte simultaneamente de um grande Centro Hospitalar EP, ou seja: aquilo que o Senhor deputado Manuel Cunha defende. Respeito o Senhor deputado, de quem sou amigo e colega, sobre muitos aspectos, nomeadamente técnico, científico e político, mas lembro-lhe que essa realidade não existe actualmente no País e está a concordar comigo. O caminho que hoje apontou na sua intervenção é para todos completamente novo – não foi isso que sempre defendeu até hoje.

Em 2º lugar, tal como o Senhor também eu convido os presentes a reflectir – já o fiz no interior do meu Grupo Municipal e nas Jornadas Municipais de Saúde – que o caminho das Unidades Locais de Saúde, em Portugal, é complexo. Têm surgido muitas vezes por pressão legítima das populações, e disso ninguém deve duvidar, mas os resultados das diferentes Unidades, a nível do País, parece ser diverso, nomeadamente consoante o local onde são implementadas e as realidades que aí se integram e há razões técnicas para que isto possa acontecer, as quais passo a explicitar: das cinco Unidades Locais de Saúde existentes no País, aquela que foi inicialmente apregoada como a mais importante foi a de Matosinhos e hoje é considerada, pelas personalidades mais credíveis, como um autêntico fracasso. 3º Considera-se que uma Unidade Local de Saúde possa ter interesse quando há capacidade técnica do ponto de vista do Laboratório, da Fisioterapia e da Radiologia, do Hospital que dá resposta aos Centros de Saúde da região; há capacidades subaproveitadas e, se assim é, os Centros de Saúde ao enviarem os utentes para o Hospital reforçam a capacidade produtiva deste, ganhando-se poupança para o Ministério da Saúde. Numa primeira perspectiva a tutela tem interesse que haja mais Unidades Locais de Saúde, desde que o Hospital tenha capacidade de responder aos Centros de Saúde em termos de mais Laboratório, mais Imagiologia, Tac, Fisioterapia e outras.

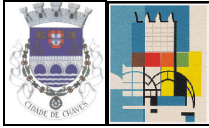
Em Matosinhos chegou-se a um ponto em que só havia listas de espera para os utentes. Os utentes ao entrarem numa Unidade Local de Saúde ficam fechados entre os Centros de Saúde e o Hospital para onde drenam e se este não tem capacidade de responder o doente fica em lista de espera. O que o Senhor deputado do CDS disse na sua intervenção é que em Portugal não há uma política que privilegie o direito de escolha ou de opção, por parte do doente.

Quando se analisam estes assuntos é necessário ter em mente que, para além da perspectiva política, há assuntos técnicos a verificar. De algum modo estou a dizer que estes três aspectos relativamente ao nosso Hospital devem ser bem estudados.

Neste momento considera-se que a Unidade Local de Saúde do Alentejo, tem trazido efectivamente ganhos para os seus utentes, precisamente porque o Hospital de Beja estava subaproveitado; há uma drenagem completa dos Centros de Saúde em relação ao Hospital e este tem tido capacidade de resposta. Na região não havia direito de opção porque não havia Sector Privado nem Sector Social e há indicações de que esta Unidade Local de Saúde está a correr relativamente bem.

Não quero deixar de referir ao Senhor deputado Manuel Cunha o seguinte: é verdade quando diz que hoje a realidade do Hospital de Chaves é assustadora em termos de Quadro Médico relativamente há três anos atrás mas também lhe digo, olhos nos olhos, e tenho a certeza que o Senhor pensa exactamente como eu, que a continuar





tal e qual como estamos, com a conjuntura económica que o País e a Europa vivem, muito em breve vamos ficar ainda pior. Isto não é demagogia e tudo o que disse até agora é muito sério porque o caminho não é simples e a matéria em análise é muito complexa. Eu não faria demagogia política fácil ao dizer que penso clara e inequivocamente que a situação no Hospital de Chaves vai piorar se não fizermos nada. Os Serviços de Saúde do Hospital de Chaves vão-se degradando progressivamente porque, efectivamente, não há capacidade no interior da própria Organização, que não tem qualquer possibilidade de autonomia administrativa, técnica ou financeira; esta falta de disponibilidade ou de capacidade não lhe permite reivindicar nada do ponto de vista efectivo. Podemos activar a Comissão, mas se da parte do Ministério não houver uma mudança - a tal desanexação que, eventualmente tem de ser ponderada na forma como pode ser feita - corremos o risco de, numa primeira fase, haver maior insatisfação por parte da população. É necessário pensar bem porque nesta situação, o não fazer nada e o medo de enfrentar novos caminhos, também irá fazer com que a nossa Região venha a ser despromovida.

A Tutela tinha um Plano para o País e para Chaves não contemplava uma Urgência Médico cirúrgica. Esse Plano continua a ser executado ao deixar que a nossa Unidade Hospitalar se vá esvaziando. Não temos Quadro próprio, logo não temos a capacidade de poder abrir uma vaga seja em que área for. O Hospital de Chaves não tem capacidade de autonomia para fazer qualquer contratualização.

Embora haja risco naquilo que está a ser pugnado pelo PSD – e muito – também não vejo quais serão os outros caminhos. Devemos reflectir e estudar mesmo qual o caminho a seguir porque o risco para a degradação dos serviços de saúde na Região é muito grande e nenhum de nós quer que a nossa população fique pior servida. Eu não sei qual é o melhor caminho, mas há uma coisa que sei. Na minha perspectiva e pelo que tenho estudado e auscultado, as Unidades Locais de Saúde em que só o Sector Público fica fechado sobre si mesmo, não trás benefícios para o doente. Poderá haver quem diga que isso tem a ver com a ideologia porque tem os interesses na privada. Assumo os meus interesses públicos e privados, porque estão dentro da lei e dentro da lei respondo a todos eles.

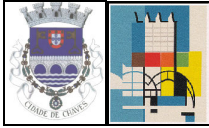
Uma Região para se desenvolver necessita de sinergias, mas estas não implicam excluir ninguém; todos os que estiverem dentro da lei são chamados a colaborar. Não é como algumas empresas com quem o CHTMAD negocia que há algum tempo adjudicou uma prótese para uma criança a uma empresa que se recusa a emitir a respectiva factura. Não é desta forma que se promove um projecto dinâmico e novo de uma Unidade Local de Saúde onde se devem congregiar todos os esforços para actuar e colaborar. A haver uma Unidade Local de Saúde a perspectiva tem de ser mais abrangente”.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD - cumprimentou os presentes e em seguida disse que não tinha intenção de intervir na discussão desta Proposta, embora concorde com ela, mas que, depois de ouvir as intervenções de alguns Senhores deputados, decidiu intervir.

“Recorri à minha memória e lembrei-me do Largo das Freiras quando foi feita a manifestação com a chamada da população a pronunciar-se sobre o que se previa para o futuro do nosso Hospital.

A realidade do Concelho e da Região do Alto Tâmega em termos de saúde é que fomos esquecidos pela Tutela e esta está à espera que também nós esqueçamos o bom Hospital que já tivemos. Até à sua integração no CHTMAD quando necessitávamos de recorrer ao nosso Hospital tínhamos confiança nos serviços que prestava e isso dava-nos uma certa segurança.

Ouvi a intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha que me desiludiu e isso obriga-me a pensar que alguma coisa de novo se passou para o Senhor deputado ter



mudado radicalmente de posição; o Senhor que era uma referência na defesa do nosso Hospital de Chaves.

Se nos libertarmos do Centro Hospitalar ficamos com condições para criar um Quadro de pessoal próprio e contratar o pessoal que necessitemos para o nosso Hospital. Não duvido que iremos passar um mau bocado durante algum tempo, mas pelo menos temos a garantia de que ficamos com liberdade para poder criar uma Unidade de referência como já tivemos, com a possibilidade de corrigir erros cometidos no passado.

Relativamente à intervenção da Senhora deputada Paula Barros devo dizer-lhe que estranho muito a sua postura sobre esta matéria. Se tem pretensões de um dia poder ser mais alguém aqui nesta terra, para lá chegar deve defender os interesses da população do nosso Concelho e não está a fazê-lo, por razões meramente políticas. Temos a obrigação de defender os interesses das populações que nos elegeram, tomar novo rumo. Até podíamos, temporariamente, fazer um Protocolo com o Centro Hospitalar; antes da integração no Centro já tínhamos protocolos com o Hospital de Santo António e com o de S. João. Nós não temos nada contra o Centro Hospitalar apenas queremos caminhar com os nossos pés e criar uma Unidade de referência – chamemos-lhe o que for – mas o que temos é de tomar uma posição e assumi-la, independentemente das opções políticas de cada um”.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse que gostaria de colocar uma primeira questão à Mesa da Assembleia, no sentido de confirmar ou não se a Senhora Ministra da Saúde endereçou a este Órgão alguma resposta relativamente à Moção aprovada por unanimidade em 30 de Dezembro de 2009.

*O Senhor Presidente da Mesa respondeu ao Senhor deputado que até ao momento não houve qualquer resposta.*

Em seguida o Senhor deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se obteve alguma resposta da Senhora Ministra da Saúde, relativamente aos relatórios/estudos, pedidos pelo Grupo Municipal do PSD na mesma sessão de Dezembro de 2009.

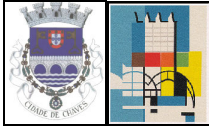
*O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado que até ao momento não houve qualquer resposta.*

“Não necessito de responder à Senhora deputada Brigitte Bazenga, porque os dois Órgãos que deviam receber essa correspondência já responderam que não obtiveram qualquer resposta da Senhora Ministra. Gostava, no entanto, de dizer à Senhora deputada que nem sempre aqueles que fazem mais barulho – não é ruído popular – mas sim barulho a lamentarem-se em favor do público, são os que estão mais interessados com o seu bem-estar.

Quanto à demagogia política que deixou nos pressupostos, pode chamar-lhe o que quiser e eu respeito, porque é a sua convicção, mas a minha é bem diferente. Por essa razão é que a Moção foi entregue pelo Grupo Municipal do PSD e não do PS ou da Senhora deputada.

A Moção foi apresentada e entregue na Mesa. Não é nossa pretensão criar algum tipo de conflito com o Ministério da Saúde e o ponto dois da Moção fala claramente dessa situação

Sobre os alertas deixados pelo Senhor deputado Jorge França na sua intervenção, nomeadamente quando se referiu à Unidade Local de Saúde de Chaves, esta deve adoptar a designação de Unidade de Saúde Local do Alto Tâmega, na qual estejam articulados e integrados os diferentes serviços locais de saúde – Unidade Hospitalar, Centros de Saúde, Termas de Chaves e Unidades de Cuidados Continuados (Sector Social e Privado). Essa é a nossa proposta e é isso que aqui está.



Termino dizendo à Senhora deputada Brigitte Bazenga que o Grupo Municipal do PSD não vai retirar a Moção apresentada e pedimos ao Senhor Presidente da Mesa que a coloque à votação”.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** do CDU – usou da palavra, no direito de resposta, para fazer uma pergunta.

“Pergunto ao Senhor deputado Nelson Montalvão porque não foi coordenada uma reunião com os elementos da Comissão de Defesa do Hospital para tratar desta matéria. A Comissão foi eleita na sessão de Dezembro e ainda não reuniu. Na anterior Comissão essa iniciativa partiu sempre da Câmara porque o seu Presidente fazia parte. Na actual, seria lógico que partisse do PSD dado que é o Partido mais votado na Assembleia Municipal, mas até hoje não houve qualquer movimentação.

O Senhor deputado José Pimentel referiu uma situação que eu faço questão de esclarecer. Faço parte da Direcção Clínica do Centro Hospitalar e toda a gente sabe que é um cargo não remunerado. Depois de todas as intervenções que fiz, em nome da CDU, manifestando-me contra a política do Governo na área da Saúde, com a construção dos Centros Hospitalares, a política de encerramento de Serviços de Urgência e de maternidades, entendi que o convite que me foi feito para integrar a equipe da Direcção Clínica do Centro seria o primeiro sinal do reforço funcional médico do Hospital de Chaves.

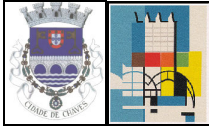
Se o facto de haver uma equipe nova na Direcção Clínica, não puder avaliar o negativo que foram estes três anos para o Centro Hospitalar; se eu chegar à conclusão que o trabalho da nova equipa da Direcção Clínica não consegue inverter o processo de falta de autonomia da Unidade Hospitalar e nomeadamente da continuada saída de recursos humanos, certamente não continuarei a fazer parte da mencionada Direcção Clínica. Como atrás disse é um cargo não remunerado, que não faz redução de tempo de trabalho e que é feito em nome da necessidade de reforçar clinicamente os Pólos de Lamego e de Chaves.

**JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** do PSD – usou o direito de resposta para dizer o seguinte:

“Se eventualmente se caminhar para uma Unidade Local de Saúde devemos salvaguardar todas as situações para que essa solução seja boa. Uma delas é termos consciência de que a dotação financeira para essa Unidade terá de ser muito bem estudada. Isto porque o Ministério da Saúde com as contingências quer do PEC, quer das normas da política europeia e do estado do País, vai tentar cortar essa possibilidade. Uma das técnicas que se tem defendido para as Unidades Locais de Saúde é a per-capitação, que tem a ver com a população residente, mas, se enveredarmos por essa solução, é preciso chamar a atenção da necessidade de haver factores colectivos, porque a nossa população é demasiado idosa e, consequentemente, com maiores gastos na saúde. Quem tiver esse poder de negociação tem de estar bem alerta para o que estão a negociar.

Relativamente à nomeação do meu colega Dr. Manuel Cunha para a Direcção Clínica do Centro Hospitalar, não tenho nenhum motivo contra. Pelo contrário fiquei muito satisfeito pela sua nomeação e tenho a certeza, por tudo o que conheço dele, pela sua postura ética, que em momento algum, nesse lugar, não pugne pela defesa dos utentes, na sua área de intervenção – a oncologia – onde o governo está a actuar para tentar reduzir gastos”.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – respondeu ao Senhor deputado Manuel Cunha que não põe em causa o seu profissionalismo, pelo facto de ter sido nomeado para a Direcção Clínica do Centro Hospitalar, mas a verdade é que mudou radicalmente a sua posição sobre esta matéria. Perguntou-lhe se, por esse facto, a situação do nosso Hospital vai mudar”.



*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 81 votos a favor da bancada do PSD, 2 do CDS, 15 abstenções da bancada do PS, 2 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS**, do PS – fez a seguinte declaração de voto em nome do seu Grupo Municipal: “ O voto de abstenção do Grupo Municipal de Partido Socialista prende-se com os pressupostos que foram aqui trazidos, nomeadamente a visão responsável, que implique a congregação de esforços no sentido de que as respostas em termos de saúde sejam progressivamente melhores na região do Alto Tâmega e do Concelho de Chaves que não se consegue desta forma. Isto porque tudo o que acabou de se passar aqui é a manifestação de uma posição individualizada de um Grupo Municipal, para marcação de uma posição político-partidária. Sentimos que não é essa a forma pela qual devemos agarrar este processo. Devemos agarrá-lo com pressupostos sérios, objectivos, que nos permitam em cada momento perceber claramente qual o caminho que devemos seguir para uma melhoria efectiva dos cuidados de saúde prestados aos cidadãos.

Por tudo o que aqui foi dito, nomeadamente por alguns deputados do Grupo Municipal do PSD, entendemos que o nosso pensamento se confirma no que respeita à insegurança do que possa vir a ser o futuro por via da aprovação desta Proposta. Mantemos a posição que tínhamos inicialmente em que o Grupo Municipal que foi criado para trabalhar as questões da saúde seja activado. Lembro que no anterior mandato municipal o Grupo que tinha sido constituído ao qual eu pertenci, foi frequentemente convocado pelo Senhor Presidente da Câmara para reunir. Neste mandato o Grupo continua sem reunir e o PS deseja que ele reúna e faça o estudo aprofundado das questões para que o que venha a ser Proposto seja consubstanciado em dados concretos que contribuam para a efectiva melhoria do serviço nacional de saúde e da prestação dos cuidados de saúde aos nossos cidadãos”.

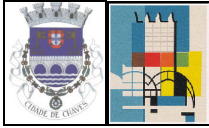
**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – fez a seguinte declaração de voto:” A CDU continua disponível, dentro da Comissão de Defesa do Hospital, para estudar todos os caminhos e a concretização de todos os projectos que levem ao reforço da autonomia do Hospital de Chaves. Tal como o fizemos nos últimos quatro anos mantemos a indicação de que é indispensável reforçar o funcionamento do Hospital de Chaves e encontrar o caminho que passa necessariamente pela articulação dos Centros de Saúde com outras unidades de saúde da região.

Entendemos, para bem do Hospital de Chaves e da saúde do Alto Tâmega, que se mantenha o funcionamento da Comissão de Defesa, para se encontrarem as propostas correctas que venham em benefício das populações do Hospital de Chaves. E, no momento em que o Ministério da Saúde reorganize o seu projecto de saúde para o País, se for necessária a desarticulação do Hospital de Chaves do Centro Hospitalar, e for feito dentro de um projecto de sinergias, para avançar com os cuidados de saúde da região, terá sempre o apoio da CDU”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** chamou a atenção dos senhores deputados para o tempo gasto com a discussão deste assunto e sugeriu que futuramente os Grupos Municipais se reúnam previamente e estudem as questões que pretendem debater.

Em seguida deu conhecimento da entrada na Mesa de outra Moção relacionada com a criação do Curso de Medicina na UTAD, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD e pediu que fosse apresentada.

A Senhora deputada **MARCIA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA**, do PSD depois de cumprimentar os presentes, fez a leitura do documento que se transcreve:



O Grupo Municipal do PSD, partindo da premissa que a educação é fundamental para a felicidade social, de que ela é o princípio em que descansam a liberdade e o engrandecimento das populações, assumindo-a como um desígnio enraizado na matriz social democrata e teimosamente isolado, mas profundamente convicto na defesa intransigente de um ensino superior com qualidade, público ou privado, mas sublinhando a preferência pelo Ensino Superior Público, sempre e acima de tudo, com qualidade, apresenta para aprovação a seguinte Moção:

### **“MOÇÃO**

**A aprovação da presente moção nesta Assembleia reforça a posição tomada, por unanimidade, em reunião ordinária do Executivo Municipal de 15/03/2010, por proposta do Presidente da Câmara Municipal.**

**Relembra-se que a UTAD tem cursos a funcionar em Chaves, prevendo-se para breve, a sua instalação na Escola Superior de Enfermagem.**

**Adita-se que, Chaves é a cidade da região com maior fluxo de turistas, detentora das Termas mais movimentadas do Norte do País, sede da Delegação de Turismo de Saúde e Bem-estar no contexto do Norte de Portugal.**

**A nossa cidade, encontra-se no centro do eixo termal Ourense/Caldas de Aregos, é já o principal destino turístico de Trás-os-Montes, possui, por isso, plena justificação o estabelecimento do Ensino Superior das áreas, de Saúde e Turismo em Chaves e não noutra local.**

**Consideramos que agregar outras entidades e unidades de formação no Ensino, na Investigação e na Saúde favorece as populações e o território, enriquece a UTAD e promove o desenvolvimento sustentado e sustentável.**

**A expansão do Ensino Superior e a diversificação das áreas científicas ministradas, constituíram o principal objectivo das políticas governamentais nos últimos anos, tendo-se, no entanto, revelado insuficientes para colmatar algumas falhas essenciais que continuam a caracterizar este sistema, nomeadamente no domínio da sua distribuição geográfica e no perfil de formação que é oferecida.**

**Desta forma, é fundamental aumentar a oferta formativa com cursos de importância fulcral para a região, de preferência sob tutela da UTAD.**

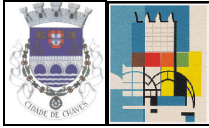
**Esta é, para nós, uma visão justa e agregadora que favorece a coesão territorial e nos capacita para sermos mais competitivos, contribuindo fortemente para a redução das assimetrias regionais, e para a tão propalada discriminação positiva do interior.**

**A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Abril de 2010, delibera o seguinte:**

- 1. Apoiar, sem reservas, a criação do curso de Medicina na UTAD;**
- 2. Solicitar à UTAD e ao seu Magnífico Reitor a criação da Escola Superior de Tecnologias da Saúde da UTAD, em Chaves, com a integração da actual Escola de Enfermagem, dando particular destaque aos cursos de Fisioterapia e Reabilitação Física e Termal;**
- 3. Solicitar ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, a criação do Curso de Medicina na UTAD/Vila Real e a criação da Escola Superior Tecnologias de Saúde na UTAD/Chaves. Assembleia Municipal de Chaves em 28 de Abril de 2010. O Grupo Municipal do PSD”.**

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da carta emanada da Federação do PS de Vila Real, pedindo a esta Assembleia Municipal para subscrever uma Moção do Partido Socialista, que anexa e que se relaciona com a criação do curso de Medicina na UTAD em Vila Real.





O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a entrada ou não destas duas Moções para discussão.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse que o seu Grupo Municipal se opunha à entrada da Moção da Federação do Partido Socialista de Vila Real, uma vez que não é subscrita por nenhum membro da Assembleia Municipal de Chaves.

**PAULA CRISTINA TEIXEIRA BARROS** do PS – disse que esta Assembleia Municipal não pode votar uma Moção que não seja subscrita por algum dos seus membros.

“Mas a partir do momento em que o Senhor Presidente da Mesa apresenta o texto enviado pelo Presidente da Federação do Partido Socialista, enquanto Moção, assumimos que o Senhor Presidente a assumia. Mas se o Senhor Presidente não a subscreve eu própria a subscrevo para que possa ser votada”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que não poderia permitir que algum membro da Assembleia subscreva uma Moção que não é sua.

Recebi a Moção subscrita por uma entidade que me solicitou para a por à discussão e à votação dentro do Órgão mas primeiro tenho de pedir a sua aceitação, ou não, e é isso que estou a fazer.

Foi posta à votação a entrada na Mesa tendo a mesma sido rejeitada com a seguinte votação: 15 votos a favor, 8 abstenções e 51 votos contra.

Em seguida foi posta á votação a Proposta entrada na Mesa subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, sobre a criação do Curso de Medicina na UTAD, tendo a mesma sido aceite por maioria, com apenas 1 voto contra do PS.

Para discussão desta Moção usaram da palavra os seguintes deputados:

**JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES do CDS/PP** – disse que na nossa Região apenas temos o Ensino Superior Público promovido pela UTAD.

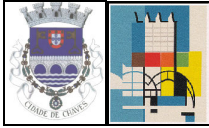
“ A nossa Escola de Enfermagem está ligada ao Ensino particular e cooperativo/ privado, mas há outras Instituições interessadas em se implantar no nosso Concelho. Há uma série de programas de cooperação transfronteiriça e a Universidade de Santiago de Compostela está interessada em promover o Ensino Superior na nossa cidade. É um projecto que abrange acções comuns no valor mínimo de cem mil euros, podendo chegar aos seiscentos e cinquenta mil e há outros projectos que estão em curso, nesta zona fronteiriça Chaves/Verin e que poderiam ajudar os nossos alunos a encontrar emprego. Será muito bom para nós trazer a Faculdade de Medicina para Trás-os-Montes e uma Escola Superior Tecnologias de Saúde para Chaves é óptimo; poderíamos pugnar por uma Escola Superior de Tecnologias aplicadas que tenha cursos na área dos desenhos animados, jogos de vídeo etc. Há muitas sinergias inter-fronteiras.

Estamos a acompanhar as várias iniciativas que vão surgindo e que podem constituir sinergias para dotar a nossa cidade de Ensino Superior. A nossa Escola de Enfermagem é excelente e os cursos da UTAD que aqui temos também são bons. Um dos projectos da Universidade de Santiago está ligado às crises ambientais e às alternativas turísticas de desenvolvimento local.

Entendo que deveríamos obter mais esclarecimentos sobre as intenções dessas Instituições, e o meu voto sobre esta matéria é favorável”.

**RUI DA SILVA OLIVEIRA** da CDU – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o que aconteceu hoje neste Fórum é, no seu entender um mau exemplo, porque se as Moções defendem o Ensino Superior para Chaves e a criação do Curso de Medicina na UTAD, deviam ser aceitar as duas Propostas.

“Provavelmente uma das Moções não devia ter chegado aqui através da Federação do Partido Socialista, mas entregue pelo Grupo Municipal do PS nesta Assembleia.



Entendo que devemos começar a defender o interesse das pessoas e não dos grupos partidários. O Grupo Municipal da CDU defende a criação da Escola Superior de Saúde e entendemos que os cursos que a UTAD detém deveriam estar há muito tempo na Escola Superior de Enfermagem de Chaves. Defendemos igualmente a criação do Curso de Medicina na UTAD.

Votámos há relativamente pouco tempo uma Moção contra a integração do Hospital de Chaves no CHTMAD e nos documentos que nos foram entregues um dos argumentos utilizados para a criação do Curso de Medicina na UTAD é que o Hospital de Chaves também faz parte do Centro Hospitalar. Devia haver aqui alguma coerência”.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS**, do PS – disse que em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista saúdam a posição da Câmara Municipal de Chaves, tornada pública quando aderiu a esta Proposta do Partido Socialista, por iniciativa da Federação Distrital do Partido em Vila Real.

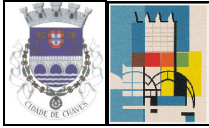
“ Em contrapartida fica para registo a posição tomada hoje por esta Assembleia Municipal, que revela o respeito democrático e a postura magnânima do Grupo Municipal do PSD ao fazer a rejeição da entrada de uma Moção que data de Dezembro de 2009, mas com isso não fica destemperada a discussão. Sabemos o que isso significa e confirma-nos que em vez de se fazer uma discussão abrangente, com mais contributos, para encontrar as soluções mais adequadas e positivas para o desenvolvimento sustentado e sustentável da nossa Região, vemos coarctada essa possibilidade. Da mesma forma que aprovámos, nos fóruns próprios, o texto da Moção do Partido Socialista, que foi rejeitada nesta Assembleia Municipal, também percebemos qual é a importância da afirmação do Ensino Superior na nossa Região. Defendemos que a afirmação do Ensino Superior possa ser feito pela vertente pública. Todos nós temos responsabilidade nesta matéria e lembramos que o Senhor Presidente da Câmara sempre se mostrou muito preocupado com esta questão procurando os meios de projectar o ensino da saúde no nosso Concelho.

Defendemos o mestrado em medicina na UTAD e o conseqüente e necessário fortalecimento dos seus Pólos, nomeadamente do Pólo de Chaves, porque quanto mais forte e sustentada for uma Instituição mais fortes e sustentados devem e podem ser os seus Pólos e é isso que aqui defendemos – o aumento da afirmação e sustentabilidade do Pólo de Chaves da UTAD. Isso contribui para a afirmação do Ensino Superior da Saúde no nosso Distrito, a par com o desenvolvimento do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. É nesta conjugação de esforços e em prol desta afirmação de questões que são fundamentais para o desenvolvimento sustentado de uma região como é a Educação e a Saúde, e é em nome desses valores que estaremos ao lado de qualquer Moção que defenda este caminho, lembrando que esta posição foi assumida há algum tempo atrás pelo Partido Socialista”.

**A MESA** respondeu à Senhora deputada que a discussão sobre a matéria foi sempre abrangente e a Moção da Federação Distrital do PS foi rejeitada democraticamente.

**MANUEL JUSTINÓ MATOS CUNHA** da CDU – disse que houve um tempo útil e foi um Governo do Partido Socialista que optou por construir uma Faculdade de Medicina na Covilhã, quando, tecnicamente e politicamente o local mais aconselhado era Vila Real.

“A haver lugar a mais um curso de Medicina devemos lutar que seja em Vila Real, mas que não seja apenas o Mestrado. Seja sim um curso completo com os seis anos. Vila Real tem uma Universidade com um curso de Medicina Veterinária muito diferenciado, podendo fornecer as cadeiras básicas do curso de medicina”.



**JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** do PSD – referiu a intervenção da Senhora deputada Paula Barros dizendo que foi um pouco abusiva a generalização que fez, porque houve elementos do Grupo Municipal do PSD que se abstiveram. Disse que teve a impressão de haver deputados do Partido Socialista que desconheciam a carta emanada da Federação Distrital do PS e pareceu-lhe que esses sim foram desrespeitados.

“Relativamente à matéria que está a ser discutida, lembro que o Senhor Presidente da Câmara tudo tem feito para trazer o Ensino Superior para Chaves. A UTAD em Vila Real deve ser forte para que os seus Pólos cresçam, mas isso não se tem verificado, pelo contrário. Há a necessidade de que a Câmara Municipal de Chaves intervenha para que isso se altere substancialmente, porque o que se verifica nessa filosofia que defende, é que não tem havido uma descentralização em relação ao Pólo da UTAD na cidade de Chaves.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e em seguida disse que a sua intervenção na matéria em discussão visa o esclarecimento de alguns pontos que estão a suscitar alguma confusão.

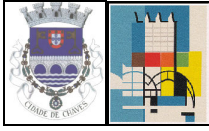
O documento emanado da Federação Distrital do Partido Socialista anexava uma Moção aprovada internamente e solicitava a todos os Órgãos Autárquicos que se pronunciassem sobre a matéria, da forma que entendessem. Nessa sequência, na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no passado dia 15 de Março, apresentei ao Executivo a minha posição que foi aprovada por unanimidade. Essa posição é semelhante àquela que o Grupo Municipal do PSD trouxe hoje aqui.

Note-se, contudo que a Federação do Partido Socialista de Vila Real defende uma Faculdade de Medicina para Vila Real e não defende rigorosamente nada para Chaves. Essa é a questão. E foi na sequência do que era pedido pela Federação do PS que apresentei uma Proposta na reunião de Câmara a dizer que apoiamos sem reservas a criação da Faculdade de Medicina em Vila Real, mas em Chaves temos um Pólo da UTAD, que não é mais abrangente porque a UTAD não quer, apesar de lhe terem sido dadas todas as condições para se expandir aqui. Temos uma Escola de Enfermagem e é justo e solidário que ao mesmo tempo que for criada a Faculdade de Medicina em Vila Real, seja criada em Chaves a Escola de Tecnologias de Saúde porque temos todas as condições para esse efeito. Temos ótimas instalações, temos um excelente trabalho desenvolvido pela Escola Superior de Enfermagem e temos ainda um trabalho prévio – conhecido da UTAD - da tentativa da criação de uma unidade orgânica de saúde em Chaves.

A justificação teórica assenta na consistência da existência em Chaves de duas áreas a desenvolver e são as que nos dizem respeito: *Saúde e Turismo*. Turismo porque somos a cidade de Trás-os-Montes com maior fluxo de turistas (a UTAD tem aqui o Curso de Turismo que pode desenvolver) e Saúde porque temos a Delegação de Saúde e Bem-estar do Porto e Norte de Portugal; temos as maiores Termas do Norte do País e as segundas em termos de afluxo de aqúistas.

Por essa razão tudo se conjuga para que, numa atitude solidária, possa haver a aprovação, em simultâneo, das duas situações. Apresentei a Proposta na reunião do Executivo do passado dia 15 de Março, porque o dia da UTAD era a seguir no dia 22, com a previsão da presença do Senhor Primeiro – Ministro. Havia ainda a convicção de que nessa altura poderia ficar implícita a evolução desta situação, o que não se verificou.

O Executivo Municipal aprovou a Proposta por unanimidade, porque entendemos que esta seria a altura certa para nos afirmarmos em solidariedade e em complementaridade. Presto este esclarecimento porque, efectivamente, e como atrás disse, as duas Moções não são iguais nem contemplam a mesma matéria que está a ser discutida nesta Assembleia.



A Moção apresentada pela Federação do Partido Socialista pede apoio para criar uma Faculdade de Medicina em Vila Real e a que foi apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, na sequência da posição da Câmara, diz claramente que apoiamos a Faculdade de Medicina em Vila Real, mas queremos em Chaves uma Escola Superior de Tecnologias de Saúde. E isto é que é complementaridade, é que é defender o desenvolvimento sustentado de uma região e não sectorizar cada vez mais. Queremos evoluir para um desenvolvimento sustentado, integrado, integrador e agregador do Distrito, ou continuamos a querer tudo para uns e nada para outros? Essa é a grande questão que esta Assembleia tem pela frente e o Senhor deputado Rui Oliveira, pela intervenção que fez, não tinha certamente este conhecimento, quando se referiu às duas Moções em pé de igualdade.

Relativamente à evolução da UTAD e da Escola Superior de Enfermagem em Chaves gostaria de informar o seguinte: Em 2005, quando a Escola Superior de Enfermagem se instalou no novo edifício, que foi construído com condições para acolher todo o Ensino Superior de Chaves, a UTAD não aceitou a nossa oferta; passados cinco anos vem dar-nos razão e aceita ocupar agora as nossas instalações. Quando a Escola Superior de Enfermagem se instalou no novo edifício tinha 290 alunos e a UTAD tinha 600. Hoje a UTAD tem 400 alunos e a Escola Superior de Saúde de Chaves tem 420.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

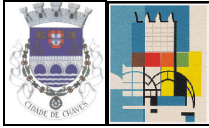
**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada de uma outra Moção subscrita pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Vidago, Anelhe, Arcossó e Vilarinho das Paraneiras relativa à construção das Barragens do Alto Tâmega. Esta Moção foi lida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago que antes de entrar no conteúdo específico da proposta teceu alguns considerandos sobre esta matéria: Disse que este documento subscrito pelos Presidentes de Junta da zona de intervenção da futura Barragem do Alto Tâmega foi presente nos respectivos Órgãos das Freguesias, onde foi aprovado por unanimidade e enviado para a Agência Portuguesa do Ambiente.

“A discussão pública deste processo teve início no passado dia 12 de Fevereiro de 2010, prolongando-se até dia 14 de Abril, terminando nesta data o prazo para aportar os vários contributos sobre o estudo de impacto ambiental. Durante esse período fomos recolhendo apoios de outras freguesias e de técnicos especializados, para melhor esclarecimento do impacto deste empreendimento, com vista a uma tomada de posição que pudesse ir de encontro aos interesses das populações que representamos. Fizemos uma sessão esclarecimento em Vidago e posteriormente reunimos com o Senhor Presidente da Câmara para lhe dar conhecimento da situação.

Entretanto a Associação de Municípios do Alto Tâmega solicitou um estudo à UTAD, no sentido de nos dar um parecer técnico sobre o estudo de impacto ambiental que estava em discussão. Esse estudo foi-nos entregue e foi distribuído pelas freguesias respectivas.

No passado dia 14 de Março, em reunião conjunta das Juntas de Freguesia entendemos que devíamos tomar a posição contra a construção da Barragem, da forma que o processo estava a ser conduzido. Levámos a nossa posição às respectivas Assembleias de Freguesia que a aprovaram por unanimidade. Mais tarde a Agência Portuguesa do Ambiente agendou uma sessão de esclarecimento em Vila Real, na qual manifestámos o nosso descontentamento, porque não permitia a presença dos habitantes das freguesias visadas. Depois disso, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, realizámos em Vidago outra sessão de





esclarecimento, tendo previamente solicitado à Senhora Ministra do Ambiente que se fizesse representar, o que não aconteceu.

Entendemos que este processo não foi bem conduzido e por essa razão decidimos elaborar a Moção que foi distribuída aos Senhores deputados.

Tem-nos chegado informação, nomeadamente das pessoas que não são abrangidas pela Barragem do Alto Tâmega e apercebemo-nos que essas mesmas pessoas estão pouco esclarecidas no que diz respeito a esta questão. É o caso das cotas. A cota posta a concurso foi a 312, mas no estudo de impacto ambiental que nos foi enviado, constam as cotas 315 e 322. Entendemos que esta mudança de valores tem a ver com a existência de alguns casais de mexilhões no rio Beça e, por esse motivo, colocaram de lado a construção de Barragem de Padroselos. Para compensar decidiram aumentar as cotas de exploração nas outras barragens.

Há estudos e o próprio estudo de Impacto Ambiental refere que a água do Rio Tâmega desde o paredão da Barragem até à fronteira de Chaves com a Galiza, pode ficar eutrofizada. Se isso acontecer a zona de pesca em Chaves perde-se completamente.

O Cientista e Professor da UTAD – Carlos Afonso – fez um estudo aprofundado sobre esta questão.

Outro aspecto importante é a desertificação da nossa zona. Em termos económicos a situação piora de dia para dia e a nossa população, ainda cultiva os seus pedaços de terra para sustento próprio e tirar proveito para as suas despesas. Com a construção da Barragem muitas dessas zonas vão ficar inundadas. Se avançassem para a cota 322 teríamos uma grande área submersa. A título de exemplo e para melhor se entender, na ponte da Praia de Vidago, que dá seguimento à estrada para Boticas, a água ficaria a 60 cm do tabuleiro e junto à Auto Estrada, na área de Vilarinho das Paranhos, teria de ser criada uma zona de protecção. O mesmo iria acontecer na zona da Ribeira de Oura, no sentido Vidago/Capeludos, onde se situa a ETAR de Vidago que ficaria submersa.

Também nos preocupa a zona de protecção relativa ao perímetro de construção, que implica uma área de 500 metros para cada lado da Barragem. As aldeias de Souto Velho, Anelhe e Vilarinho das Paranhos ficavam todas como zonas de protecção.

Existe ainda o aspecto turístico porque as Barragens são construídas unicamente para produção de energia e não contempla a parte turística e lúdica. Vidago dentro de pouco tempo pode ser uma referência a nível nacional e internacional na área do Turismo pelo grande investimento que ali está a ser feito. A par disso queremos desenvolver uma zona de percursos pedonais, recuperar os vários moinhos existentes na Ribeira de Oura e fazer uma intervenção para requalificação da zona Ribeirinha.

O Vidago Palace será inaugurado em Julho e relativamente à Vila temos uma responsabilidade acrescida de responder com investimento que leve a que as pessoas que nos visitam se sintam bem e fiquem com vontade de voltar. Nessa perspectiva é muito importante para nós a construção do Balneário Termal de Vidago, na zona da Estação e a requalificação das avenidas que vão ao Palace.

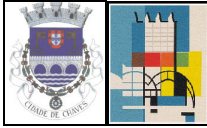
Perante o exposto propomos a aprovação da Moção, no sentido de sensibilizar os nossos governantes para mandarem elaborar um estudo de impacto ambiental à cota 300 e 312 de acordo com o que estava inicialmente previsto e colocado a concurso.

Pedi a aprovação da Moção que foi distribuída e se transcreve:

### “Moção

**1 - Considerando que, à semelhança dos mexilhões *margaritifera margaritifera* identificados no rio Beça durante o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), a espécie humana também se encontra em risco nas zonas de implantação do complexo das barragens do Alto Tâmega (Padroselos, Daivões, Gouvães e**





Vidago), pelo que se torna imperioso preservar o seu habitat e o seu modo de vida, sob pena do seu desaparecimento na região ocorrer com a construção das barragens;

2 - Considerando que o EIA da «cascata do Tâmega» promovido pela Iberdrola não contempla a contabilização dos *custos - sombra* ou indirectos, sempre elevados neste tipo de projectos, limitando-se o ressarcimento às indemnizações associadas aos custos directos resultantes do uso do espaço e à obrigatória reposição de infra-estruturas, sendo obrigatório a consideração desses *custos - sombra* no balanceamento entre custos e proveitos na construção das barragens do Alto Tâmega e a reformulação de toda a análise socioeconómica presente no estudo;

3 - Considerando que o Estudo Climático constante do EIA se limita a indicar alterações sem quantificar a magnitude das mesmas e utiliza dados de estações meteorológicas que se encontram em locais cujo clima é muito diferente daquele que ocorre no vale do rio Tâmega e portanto na nossa freguesia, exigimos que seja realizado um estudo rigoroso e que quantifique a magnitude das alterações induzidas pela construção das barragens, tanto mais que a Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes alerta para o perigo destes efeitos e tendo sido dado conhecimento dessa preocupação a diversos organismos, o EIA faz tábua rasa das mesmas;

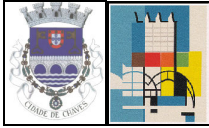
4- Considerando que o próprio EIA foi realizado em épocas não propícias para este tipo de estudo (período invernal) e que o próprio estudo é na sua grande parte um trabalho meramente teórico, resultante da transcrição de informação já existente, mal enquadrada e com uma análise e discussão claramente deficientes.

5- Considerando que as alternativas apresentadas só fazem referência a cotas de enchimento, sem ter qualquer considerando em relação a estudos já realizados, como o elaborado entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a empresa Espaço Visual para a associação de municípios das Terras de Basto (Pró - Basto).

6- Considerando a falta de medidas mitigadoras exequíveis e adaptadas ao ecossistema do Tâmega (sendo que as propostas apresentadas constituem uma relação de carácter geral e extremamente vagas).

7 - Considerando que o Estudo de Impacte Ambiental não foi realizado para as cotas 300 e, designadamente, 312 (aliás cota lançada a concurso), constantes no PNBEPH para a Barragem do Alto Tâmega (Vidago), pelo que se nos afigura a posição da empresa que o elaborou de má-fé, uma vez que não faculta à população informação que lhe permita melhor balancear vantagens e desvantagens e emitir uma opinião melhor fundamentada, quanto ao uso equilibrado dos recursos, sendo uma exigência que o EIA analise estas cotas e não pareça que apenas tem como objectivo justificar a opção pretendida à cabeça pela concessionária;

8 - Considerando que o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) foi elaborado pela mesma empresa (PROCELS) que elaborou o EIA e que para a anterior designação de Barragem de Vidago considerou que, a pp 78, “A análise das áreas a inundar pela albufeira permite constatar que com um NPA da albufeira à cota 325 m são afectadas um conjunto importante de habitações, nomeadamente nas localidades de Sobrilhal, Sobradelo e Caneiro, que poderiam condicionar significativamente a execução do aproveitamento. A cota 312 m evita em grande parte, embora não na totalidade, a afectação de áreas urbanas, que apenas seriam integralmente preservadas caso se adoptasse o NPA à cota de



aproximadamente 300 m. A pp 132 refere: “Para o aproveitamento de Vidago, integrado na cascata do rio Tâmega, adoptou-se o NPA da albufeira de 312 m, inferior em 13 m relativamente ao NPA máximo previstos em estudos anteriores, atendendo que a partir dessa cota seriam inundadas significativas áreas com ocupação urbana”, como é que agora defende outras cotas e sempre para níveis altimétricos superiores;

**9 - Simultaneamente a mesma empresa apresenta erros de cálculo significativos de áreas a inundar e quantidade de água armazenada para a mesma cota no PNBEPH e os constantes no EIA;**

No caso da freguesia de Arcossó, a situação é de preocupação acrescida, uma vez que é a mais afectada em termos de ocupação de solos agrícolas pela albufeira e ainda lhe é colocada junto à aldeia uma escombreira, o que demonstra absoluta falta de sensibilidade, uma vez que lhe vai retirar mais solos com potencial agrícola. Na verdade tudo é feito a régua e esquadro, em gabinete, sem trabalho de campo, e com o único propósito de reduzir custos de construção, nem que para isso se destrua uma freguesia rica de história.

Nestes termos ficam claras as lacunas dos estudos apresentados, a má fé da PROCELS e da concessionária e a exploração cega e desenfreada de um recurso de todos, em prol dos resultados de uma única entidade privada, e com prejuizos e sacrifícios desmesurados para a população da nossa freguesia, pelo que em reunião conjunta dos Presidentes de Junta de Freguesia desta área resolveram os mesmos tomarem a posição de não concordarem com a construção da barragem do Alto Tâmega e levar esta proposta – moção aos órgãos executivos e deliberativos das suas freguesias para tomarem a sua posição. Enviar à Agência Portuguesa do Ambiente. Vidago 14 de Março de 2010”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, pôs à consideração da Assembleia a entrada desta Moção que foi aceite. Para sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados:

**JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** do PSD – disse felicitar o trabalho sério das quatro Juntas de Freguesia envolvidas nesta questão, dando um claro exemplo de cidadania e a intervenção política, séria e transparente feita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago na sua intervenção.

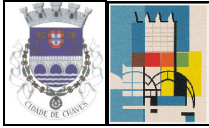
“Não podemos consentir os interesses algo especulativos de uma empresa privada, que despreza os interesses das populações em causa, razão que justifica plenamente esta Moção e contará com o meu voto de aprovação”.

**FRANCISCO PINTO DE BARROS** do PS – iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e em seguida disse que há pouco foi levantado um incidente processual acerca da forma como entrou determinada Moção.

“ Salvo melhor opinião, que respeito, esta Proposta de Moção, independentemente da qualidade dos considerandos que não me atrevo sequer a discutir, parece-me que também enferma do mesmo erro formal. Este documento destina-se a ser apresentado aos Órgãos executivos e deliberativos das freguesias e não tem nenhuma referência ao facto de ser votada na Assembleia Municipal. Se a intenção é essa não aparece. Se se destina a ser discutido pelos Órgãos próprios das Freguesias, das áreas atingidas pela construção da barragem, os proponentes terão de ajustar legalmente a Proposta para poder ser votada por esta Assembleia”.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou o Senhor deputado Pinto de Barros que a Mesa aceitou esta Moção dirigida à Assembleia pelos signatários.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que este é um dos assuntos mais sérios que esta Assembleia Municipal está a discutir nos últimos anos.



“Subscribo tudo o que disse o Senhor deputado Jorge Miguel França sobre o trabalho notável das Juntas de Freguesia da área envolvida. É dessa forma que os assuntos devem ser tratados, levantando as questões, tentando avaliar com clareza os benefícios e os riscos/prejuízos. Os Senhores Presidentes das Juntas em causa foram-se apercebendo, a pouco e pouco, da monstruosidade que é este projecto. É um empreendimento que no essencial é a agência de marketing do Governo, a impor a uma região do interior, nomeadamente à Região do Rio Tâmega um projecto que do ponto de vista ecológico é uma barbaridade na medida em que cria uma cadeia de barragens com recirculação de águas e com dimensões enormes; a de Vidago ainda não é a maior, mas a do Fridão em Amarante é uma barbaridade.

Isto não tem a ver com opções políticas, tem a ver com o mínimo de respeito pelo ambiente. Não há esquecimento no projecto, de aproveitamento turístico. O que acontece é que com a dimensão das barragens e com a dimensão autorizada das descargas (são autorizadas descargas 10 vezes o volume do caudal dos rios), é impossível o aproveitamento turístico, porque o risco durante as descargas é enorme. O Rio Tâmega vai ficar todo morto desde o paredão da barragem até à fronteira com Espanha. Tudo isto para que a EDP e a IBERDROLA tenham lucros fabulosos e para que o Governo que se comprometeu com metas que julgo não poder cumprir, venha agora a apresentar, acima do joelho, estes projectos que, com esta dimensão e com a leviandade com que foi feito o estudo de Impacto Ambiental. Na teoria é tudo feito na Internet, fora das épocas mais adequadas, o que vem mostrar a leviandade com que um investimento de mil e seiscentos milhões de euros pode ser feito.

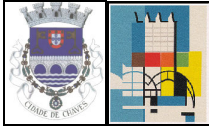
É um projecto cheio de armadilhas, que começa por uma cota no concurso de 312, o estudo de impacto ambiental tem uma cota de 315 e a empresa prepara-se para construir a uma cota de 322, que em termo de áreas a submergir é uma barbaridade. É lamentável que 36 anos após o “25 de Abril” haja um Governo – que até é do Partido Socialista – lance um projecto desta forma, que vai atingir negativamente uma região na sua ecologia, sem quaisquer contrapartidas de ganho para as suas populações. A exploração de energia através das antenas Eólicas tem uma compensação de 2,5% sobre a facturação, mas se um dia forem retiradas os locais nada se perde; em contrapartida se desactivarem uma barragem á área utilizada fica totalmente destruída.

Na área de Vidago com a flutuação de cotas da água, toda a zona vai ter mais de mil hectares de terras que no Verão ficam pântanos de lama seca à vista. O Governo fez isto para cumprir metas nacionais e à medida dos interesses da EDP e IBERDROLA, mas para a região afectada não apresentou nenhum caderno de encargos que previsse benefícios para as populações, a começar por empregos, pagamento de impostos e outros. Por tudo isto entendemos que a Assembleia Municipal deve subscrever a Moção apresentada pelas Juntas de Freguesia visadas e levá-la à aprovação das Assembleias Municipais dos Concelhos envolvidos. A CDU vai votar favoravelmente esta Moção”.

**JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES** do CDS/PP – usou da palavra para referir que a Barragem dos Pisões quando está à cota máxima dá para abastecer o País de energia 13 dias, mas a Câmara Municipal de Montalegre não recebe qualquer compensação por ter este empreendimento na sua área geográfica.

**PAULA CRISTINA TEIXEIRA BARROS** do PS – pediu a palavra para dizer que o Partido Socialista tem acompanhado esta questão com a atenção que ela merece.

“Assisti a uma sessão de esclarecimento feita em Vidago sobre esta matéria e nessa altura tive a ocasião de emitir a minha opinião. Foi dita aqui muita coisa com a qual concordo, mas tal como disse na altura é importante que nós, agentes locais, não fiquemos à espera de ameaças para preservarmos aquilo que é nosso.



Todo o aproveitamento do Rio Tâmega, limpeza e recuperação dos seus moinhos é algo que ao longo dos tempos deveríamos vir a preservar e não nos lembramos disso apenas quando sentimos que esse património pode estar ameaçado. Que isto seja sempre o indicativo histórico que faça accionar a nossa pró - actividade relativamente a estas questões.

Sobre a questão concretas da construção das barragens integradas no Plano nacional, concretamente no que se refere à Barragem do Alto Tâmega, há um pedido de esclarecimento que gostava de fazer ao Senhor Presidenta da Junta de Freguesia de Vidago. A leitura da Moção transmite uma posição dos Presidentes de Junta e das Assembleias de Freguesia, absolutamente contra a construção de barragem. Da exposição que o Senhor Presidente fez aqui ficamos com a ideia que considerariam importante que fosse feito um estudo de impacto ambiental relativo à cota pela qual a barragem foi concursada, de 312 m.

Gostávamos de saber qual é a posição concreta das Juntas; se é um não definitivo à sua construção ou se é um não às condições do estudo de impacto ambiental já efectuado ou ainda se existe a abertura a um outro estudo de impacto ambiental à cota 312 do concurso”.

**RUI MANUEL BRANCO RODRIGUES, Presidente da junta de Freguesia de Vidago** – respondeu dizendo:

“Relativamente à questão processual o nosso entendimento foi que, na nossa qualidade de membros da Assembleia Municipal, poderíamos apresentar neste Fórum a Proposta, depois de ter sido aprovada pelos Órgão deliberativos das Freguesias envolvidas. Em nosso entender é muito importante envolver a Assembleia Municipal nesta questão, mas se houver uma questão pontual que tenha de ser alterada, fá-la-emos de acordo com o que for aqui decidido e o Regimento prevê.

Sobre o esclarecimento solicitado pela Senhora deputada Paula Barros devo dizer que ficamos surpreendidos quando recebemos o estudo de impacto ambiental e nos apercebemos que incidia numa cota superior a 312 (315 e 322). O que nós pretendemos é que seja feito um estudo à cota 300 e 312 no sentido de avaliar o impacto que vai ter na nossa região e, a partir daí, emitiremos o nosso parecer que será conjugado com outros pareceres que venham a ser proferidos e que vamos solicitar.

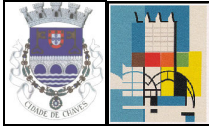
**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** disse ter entendido, pela intervenção do Senhor Presidente da Junta, existir uma condição para aceitar a construção da barragem, desde que sejam respeitados determinados princípios, mas efectivamente o que está escrito na Moção em discussão não é isso.

**O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO** esclareceu ainda que o Governo efectuou um Plano Nacional de Barragens que teve como base um estudo feito pela Empresa **PROCELS** contratada para o efeito. Nessa altura essa Empresa disse que o aconselhável para a nossa zona seria a cota 290 e 300. Não entendemos como é que numa fase seguinte e depois da IBERDROLA ter ganho o concurso, a mesma Empresa nos apresenta outro estudo com cotas superiores.

Foi dada a palavra ao **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** para que aportasse mais algum esclarecimento a esta questão que disse:

O concurso lançado para construção das Barragens apontava para a cota 312 e foi nessa base que foi assinado o contrato entre a IBERDROLA e o Governo Português, tendo este último recebido, por esse facto, o valor de 303 milhões de euros. Quando posteriormente o estudo de impacto ambiental foi remetido às Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal, verificou-se que não apontava para a cota 312, mas sim para as cotas 315 e 322. Todos entendemos o porquê dessa alteração e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago explicou isso na sua intervenção. Há uma barragem que está em causa e há a tentativa de recuperar o lucro nas outras.





A Câmara Municipal tem vindo a trabalhar em conjunto com as Freguesias sobre esta matéria e combinámos que enquanto as Juntas faziam o seu trabalho a Câmara Municipal aguardaria o estudo que encomendou a técnicos da especialidade da UTAD. Isso significa que houve várias reuniões, discussões, esclarecimentos que foram sendo feitos; no momento em que o estudo chega às Câmaras Municipais e é detectada essa situação, enviámo-lo de imediato para as respectivas Juntas de Freguesia. Esta Moção foi aprovada pelos respectivos Órgãos da Freguesia antes de uma posição definitiva da Câmara Municipal e, nessa altura, não havendo estudo à cota 312 as Juntas, numa atitude correcta, declaram ser contra. Com os estudos posteriores que nos foram apresentados foi de imediato colocada de parte a cota 322, mesmo pelo estudo encomendado pela IBERDROLA. Mas nós, Município e Juntas de Freguesia, queremos que seja feito um estudo à cota concursada (312) e também à cota mínima de exploração que será de 297/300 para saber concretamente os impactos em cada uma das situações que teremos de considerar.

Pelo exposto deve ser aprovada a Moção das Juntas de Freguesia porque traduz a vontade das populações e traduz também a abertura para que sejam analisados os estudos a cotas substancialmente diferentes.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, fase à explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara, sugeriu às Juntas que subscreveram a Moção que alterassem o último parágrafo.

O **SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO** disse que para encerrar este assunto acrescentam na parte final da Moção a seguinte proposta:

1. Que seja rejeitada a construção da barragem às cotas 215 e 322;
2. Que sejam elaborados os estudos de impacto ambiental às cotas 300 e 312, para análise e reflexão sobre a viabilidade de construção da barragem.
3. Que o que agora é proposto seja levado à aprovação dos Órgãos executivos e deliberativos da Freguesia.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS** do PS – usou novamente da palavra para dizer que esta Moção, tal como está, foi aprovada em devido tempo, conforme o Senhor Presidente da Câmara esclareceu, pelas Assembleias das quatro Juntas de Freguesia visadas pela construção da Barragem de Vidago.

“Não me parece que seja correcto introduzir uma alteração aqui a esta Moção, dado que iríamos adulterar o seu conteúdo e já está aprovada nas respectivas Assembleias de Freguesia. O que me parece que será viável é fazer uma Adenda a esta Moção, com apenas um parágrafo, no qual fosse acrescentado o que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago acabou de referir”.

**OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA** aceitaram a sugestão proposta pela Senhora deputada Paula Barros.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** perguntou à Assembleia Municipal se aceitava a introdução da Adenda sugerida pela Senhora deputada Paula Barros, em vez de reformular o conteúdo da Moção.

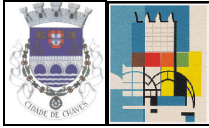
A Assembleia aceitou essa proposta. Em seguida o Senhor Presidente da Mesa devolveu o documento aos seus subscritores para acrescentarem a Adenda, a fim de ser votada.

Ainda neste período “Antes da Ordem do Dia” usaram da palavra os seguintes deputados:

**HIGINO DOMINGOS FERREIRA DA SILVA** do PSD – referiu-se ao dia “25 de Abril” que este ano comemorou o seu 36º aniversário.

Disse que o cravo vermelho, símbolo dessa efeméride está a perder a cor e não tardará que fique negro, com o rumo que o Governo do Partido Socialista está a dar ao nosso País. Que felizmente o Partido Social - Democrata elegeu para seu líder o Senhor Dr. Pedro Passos Coelho que será o futuro 1º. Ministro de Portugal e





certamente, irá tirar o País do fundo do poço onde o Senhor Eng.º Sócrates e os seus pares o meteram.

Felicitou a Senhora deputada Paula Barros pela sua eleição para Presidente da Comissão Política Concelhia do PS e o Senhor Arquitecto António Cabelreira pela sua eleição para Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD.

Referiu-se aos trabalhos que estão a ser levados a efeito pela Câmara Municipal, nomeadamente o alargamento do Cemitério novo e os arranjos urbanísticos na sua entrada; a execução de passeios desde a Rotunda do Casino até Rotunda que liga o Seara à zona do Mercado do Gado, Santa Cruz/Trindade e Outeiro Seco e ainda a E.M 507 entre as duas Rotundas mencionadas, que considerou muito importantes e felicitou o Senhor Presidente da Câmara por isso.

Pedi ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre o ponto da situação em que encontra o projecto de alargamento da E.M. 507, desde a zona do Seara até Solveira (Montalegre) e quais as alterações que poderão ser introduzidas no traçado inicial, bem como a provável data para construção da ponte de Chaves/Assoreira.

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o novo piso do Parque de Estacionamento da Lapa será em betuminosos e não em granito.

Referiu-se ao Hospital de Chaves e ao seu funcionamento administrativo, descrevendo uma situação que se passou com um seu familiar. Disse ter sido notificado, recentemente, através de carta, pelos Serviços de contencioso do Hospital, o que à partida pressupõe falta de pagamento e coloca em causa a dignidade e o bom - nome das pessoas. “Ainda que viesse do contencioso, esse termo deveria constar do interior da comunicação e não no exterior do subscrito”.

O valor é de 1,80 € para pagar em horário normal de expediente. Explicou que não foi efectuado no Hospital, na devida altura, porque a Instituição não tem capacidade de efectuar a cobrança na hora. É de lamentar também o facto da notificação não mencionar a data em que foi prestado o serviço, embora suponhamos ter sido em 2007 ou 2008.

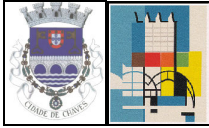
Terminou pedindo que fosse dirigida uma recomendação ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, para corrigir estas situações, criando condições que lhe permitam cobrar o serviço prestado, no momento, criando formas de pagamento alternativas, através de multibanco, e que as notificações contenham sempre a data da prestação dos serviços aos utentes.

**FRANCISCO PINTO DE BARROS** do PS – disse que hoje estamos todos aqui reunidos graças ao dia “25 de Abril” de 1974. Que as celebrações realizadas no dia “25 de Abril” de 2010, para lembrar essa efeméride, estiveram muito aquém do que ele esperava. Pelo que viu não lhe pareceu que as actividades realizadas estivessem à altura do que nesse dia se comemora e que lamentavelmente não foi assumido o lugar em que estamos com democracia assumida.

“Nunca celebramos uma data se essa data não nos diz nada, e damos pouca importância a uma data quando essa data nos diz pouco, mas estão fora de causa estes dois aspectos. A pobreza destas comemorações não foi dignificante para a própria data, traduz um pouco o reconhecimento daquilo que hoje somos, o muito que lhe devemos e em nome do Partido Socialista quero apresentar o meu lamento”.

**ANTÓNIO PIRES DE ALMEIDA** do PS – depois de cumprimentar os presentes perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual a previsão para o início das obras de requalificação das avenidas de Vidago, já anteriormente referidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia.

As obras de requalificação dos espaços da UNICER – Parque, Campo de Golfe e Hotel – estão a ser feitas a bom ritmo, anunciando-se a reabertura do Palace Hotel para Julho, mas as obras nas avenidas ainda não se iniciaram, embora haja o



compromisso assinado em protocolo com a UNICER. Perguntou para quando está prevista a realização destas obras.

Perguntou ainda para quando está previsto dar início às obras do Centro Escolar de Vidago. Foi compromissado em simultâneo com o de Chaves que está quase concluído e o de Vidago ainda se não iniciou.

Perguntou também qual a data prevista para o início da construção do Balneário Termal de Vidago e disse esperar que essa obra esteja para breve.

Referiu que a envolvente do Forte de S. Francisco é uma obra que dignifica a cidade, onde foram investidos grandes recursos do Programa Polis mas, lamentavelmente, foram colocados no local, pela PT, seis postes de madeira que nada têm a ver com a dignidade daquele espaço. Será que a Câmara tem conhecimento dessa situação e a autorizou? Mas o mais grave é que para colocação destes postes foi aberta uma vala com meio metro de profundidade que constitui um perigo pela proximidade das escolas existentes na periferia. No mesmo local foram colocados candeeiros que desapareceram e nunca foram repostos.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** colocou à votação a Moção sobre as Barragens do Alto Tâmega com a Adenda que contém as alterações introduzidas pelos seus signatários e que leu:

1. Que seja rejeitada a construção da barragem à cota 215 e 322m;
2. Que sejam elaborados os estudos de impacto ambiental à cota 312m e 300, para análise e reflexão sobre a viabilidade de construção da barragem.
3. Que o que agora é proposto seja levado à aprovação dos Órgãos executivos e deliberativos da Freguesia.

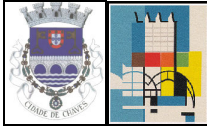
*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados pela ordem de intervenção.

- Informo o Senhor deputado **Higino Silva** que a estrada Chaves/Montalegre obteve financiamento, no valor de 400 mil euros FEDER – Programa POCTET – 1ª convocatória. Esse valor será aplicado na construção de uma ponte no Concelho de Montalegre, que já está adjudicada e só não se iniciou ainda porque as condições atmosféricas não o permitiram. O projecto de execução de todo o troço entre o viaduto onde passa a A24 até ao limite do Concelho e da recta de Gralhas até ao limite do Concelho de Montalegre está adjudicado, com parte já realizada. As duas Autarquias Chaves/Montalegre vão procurar, em conjunto, obter mais financiamento para além daquele que nos foi concedido pelo INTERREG, para realizar a restante parte da obra.

Como anteriormente disse, a plataforma da via que vai ser construída é de nove metros, com sete metros de faixa de rodagem; na saída da A24 e na sequência da intervenção que está ser feita até ao Cemitério Novo, terá dez metros de largura, sete de faixa de rodagem, um passeio de dois metros num dos lados e um de um metro no outro, para permitir às pessoas que se deslocam a pé ao S. Caetano o façam em perfeita segurança.

- Esclareço o Senhor deputado **Anselmo Martins** que a intervenção que está ser feita na Lapa apenas diz respeito às vias de comunicação. A continuidade das Ruas do Olival, Dr. Júlio Martins e o cruzamento/ligação entre as vias de circulação automóvel efectivamente vai ser feita em asfalto, a pedido do IGESPAR e não por deliberação da Câmara. Esta obra foi colocada à discussão no IGESPAR e é esta entidade que recomenda que seja feita em asfalto e não em cubo. A obra está relativamente avançada e dentro de um mês teremos essas vias pavimentadas, permitindo fazer a circulação em perfeitas condições.



Disse ainda ao Senhor deputado que se solidarizava com ele no tocante ao funcionamento administrativo do Hospital, dado que lhe aconteceu uma situação idêntica.

- Relativamente à intervenção do Senhor deputado **Pinto de Barros**, devo dizer que o “25 de Abril” não é propriedade de ninguém, mas sim do povo.

Este ano as comemorações dessa efeméride coincidiram com o Domingo e porque estava a ser celebrada Missa na Igreja Matriz logicamente não seria aconselhável por uma banda de música a tocar ali mesmo ao lado. Respeitamos essas situações. Relativamente à participação, o Senhor deputado não esteve, certamente, na entrega dos prémios às centenas de crianças de escolas do Concelho que participaram nas corridas durante a manhã, nem esteve durante a tarde no Pavilhão Municipal, no Torneio de Futsal Infantil, em que participaram as escolas da cidade e esteve completamente cheio. Por tudo isso é caso para lhe dizer que, provavelmente, não esteve no sítio certo à hora certa.

Como professores se tivéssemos seguido com rigor o Programa de História, nunca teríamos falado aos nossos alunos no “25 de Abril”. Se bem se recorda nas reuniões de grupo, decidíamos antecipar esse dia para lembrar às crianças o seu significado. O que hoje a Câmara Municipal faz é exactamente isso – festejar o “25 de Abril” exactamente com as crianças, porque elas é que necessitam de saber e conhecer tudo o que lhe está associado.

- Ao Senhor deputado **António Almeida** quero dizer-lhe que o protocolo que referiu com a UNICER não está em vigor, mas independentemente disso, o projecto das avenidas, concretamente o da Av. Conde Caria que liga a Rotunda da EN. 2 de Vidago até à saída para Oura, está em concurso público. É uma obra de cerca de dois milhões de euros que prevê um conjunto de intervenções e não vai começar antes da reabertura oficial do Hotel Palace em Outubro próximo. Estamos a conjugar tudo para que a referida Avenida entre em obras numa fase posterior.

O Centro Escolar de Vidago não é simultâneo ao de Chaves porque foi aprovado numa fase posterior e embora do ponto de vista da contratualização, esteja no mesmo Programa, a assinatura dos contratos de financiamento tem um espaço de meses a separá-los. Já adquirimos os terrenos e na próxima semana será feito o acordo com os respectivos proprietários. Perante essa situação Vidago ficará com mais espaço público disponível para além do que será utilizado na implantação do Centro Escolar. O projecto está a sofrer ajustes relativamente aos valores, prevendo-se que nos próximos meses possamos iniciar as obras, para que entre em funcionamento no ano lectivo de 2011/2012.

O Balneário de Vidago tem o projecto de execução adjudicado e logo que esteja concluído será colocado a concurso público.

Todos estes empreendimentos têm financiamento nos respectivos Programas operacionais.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”.

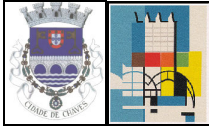
### **PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

#### **1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo**

#### **2 – Obras em Curso - Documento anexo**

#### **3 – Outras Actividades - Documento anexo**

**DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara na sua Informação se refere a uma reunião da Empresa



Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a aprovação do Relatório de Actividades e Contas de 2009, cujo documento pode ser consultado. A CDU gostava de ter acesso a esse documento em papel.

Na mesma informação o Senhor Presidente da Câmara disse que a Assembleia - Geral com a referida Empresa ficou suspensa e gostaríamos também de saber o motivo dessa suspensão.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** informou o Senhor deputado **Manuel Justino** que a Assembleia – Geral com a Empresa Águas de Trás-os-Montes foi suspensa porque era electiva e havia dúvidas, da parte das Águas de Portugal relativamente à eleição dos seus representantes nos vários Agrupamentos de Municípios. O Relatório de Actividades foi aprovado.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** solicitou ainda ao **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** o uso da palavra para prestar um esclarecimento sobre a situação da Reorganização da Rede Escolar no Concelho de Chaves.

Até ao passado dia 12 de Abril tínhamos um acordo com DREN, que vinha a ser cumprido, de não desactivar estabelecimentos de ensino com o mínimo de dez alunos; no ano lectivo anterior houve algumas escolas que funcionaram com menos de dez alunos, atendendo à construção do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade que iria acolher alunos de algumas dessas escolas. No passado dia 12 fomos informados, através do representante da DREN, no Distrito, que o Ministério não iria colocar professores do 1º. Ciclo em Escolas com menos de 20 alunos. Perante essa situação o Município de Chaves ficaria com um conjunto de estabelecimentos sem professores para leccionar.

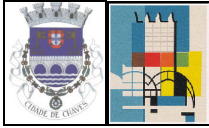
Analisámos a situação, falámos com os directores dos Agrupamentos e chegámos a uma plataforma de entendimento em que se uma escola tivesse, no mínimo 15 alunos, poderíamos justificar a continuidade do seu funcionamento. Com alguma dificuldade, compreendendo a posição do representante da DREN, que vinha com indicações precisas, mas com a ajuda dos Agrupamentos e das pessoas que representam a DREN a nível local, que nesta matéria colaboram com o Município, entendeu-se que deveríamos desactivar apenas os estabelecimentos de ensino que não tivessem 15 crianças.

*No Agrupamento de Vidago* – de todos o que tem maior concentração de crianças - os alunos de Anelhe, Adães e Vila Verde de Oura serão deslocados para Loivos ou Vidago. O Agrupamento concordou, ficando Vidago com apenas dois estabelecimentos do 1º. Ciclo.

No Agrupamento Nadir Afonso estão em causa as Escolas do Couto de Ervededo e Santo António de Monforte; no caso de Santo António de Monforte a Autarquia disponibilizará transporte para Vila Verde da Raia e no caso do Couto para Bustelo. Deste mesmo Agrupamento, a única criança do Jardim-de-infância de Paradela de Monforte, será transportada para Mairós para onde vão já as crianças do 1º. Ciclo.

No Agrupamento Francisco Carneiro, os estabelecimentos de ensino de Moreiras e Nogueira da Montanha, um com dez e outro com onze alunos serão transportados para Vilar de Nantes, escola que oferece boas condições de acolhimento. Vilela do Tâmega e Outeiro Jusão, ambas com menos de dez alunos, e Vila Nova de Veiga ficam a aguardar colocação. As crianças de Casas Novas passam a ser transportadas para Curalha.

Esta é a informação que tenho a prestar a esta Assembleia Municipal e foi a proposta que ficou acordada entre a Câmara, os Agrupamentos e a DREN; defendi e continuo a defender escolas com dez crianças, mas se o Ministério não coloca professores compete-nos procurar arranjar opções que nos permitam proporcionar as melhores condições de aprendizagem às nossas crianças.



O Município de Chaves ficará, no próximo ano lectivo, com 20 estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo e 21 Jardins-de-infância.

Terminou dizendo que nesta matéria a questão é colocada, de certa forma, em paralelo à discussão que se fez no início sobre os modelos de resposta nas questões da saúde. Nós discutimos os modelos, mas o que está em causa são as pessoas e todos nós devemos concentrar naquilo que as pessoas precisam, nas suas aspirações e não tanto na discussão dos modelos teóricos. Na educação também podemos discutir os modelos, mas há casos em que ao deslocar as crianças para determinados lugares podemos favorecê-las claramente, embora possa também acontecer o contrário. Temos a consciência que em cada momento e em cada situação fazemos o melhor para que as pessoas possam ser mais felizes. Essa é efectivamente a nossa maior preocupação.

#### **PONTO 2. – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – LEI Nº. 7, DE 15 DE JANEIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES – QUADRIÉNIO 2009/2013 – para conhecimento.**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto, cujos documentos foram distribuídos a todos os elementos.

#### **PONTO 3. – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009. INFORMAÇÃO Nº. 24/DGFEP/2010.**

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta dizendo que os documentos distribuídos traduzem a situação económica do Município no que respeita ao investimento, ao financiamento, aos custos, aos proveitos e aos resultados que, infelizmente este ano são negativos e ao endividamento.

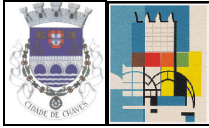
Na discussão dos últimos dias sobre os Relatórios anuais das Contas dos Municípios não houve nenhuma alusão à Câmara de Chaves. Estamos numa posição confortável – não somos dos 25 primeiros, nem dos últimos 50 – mas há um registo positivo; em 2008 alguém neste Fórum chamou a atenção porque o Município de Chaves aparecia no 27.º lugar de determinada classificação em relação à liquidez. Se observarem o anuário deste ano diz especificamente que Chaves já saiu dessa situação.

No item da percentagem das Dívidas a Fornecedores - nas Receitas Totais - existe um lapso no valor que ali consta: está lá 28,14, quando na verdade deveria constar 32.13, o que dá uma percentagem de 44%. Essa correcção já foi enviada para os Órgãos competentes em suporte informático.

A capacidade de endividamento do Município não é a mesma em cada situação. Em 31 de Dezembro de 2009 tínhamos menor capacidade de endividamento do que a que temos a 23 de Abril de 2010. Aumentámos a Dívida de Curto Prazo, diminuímos a de Longo Prazo, mas aumentaram as Dívidas de Terceiros ao Município; em Dezembro eram de cerca de quatro milhões e agora são de seis milhões e meio de euros. É maior o valor do que nos devem, do que aquele que nós devemos.

O endividamento contempla três situações que devemos ter em conta na sua análise: **1.º. Se o endividamento é efectivamente para investimento:** não temos no Município de Chaves qualquer endividamento que não seja para investimento. **2.º. Património.** O Património do Município de Chaves em 2002 era de 63 milhões de euros e hoje é de 197 milhões de euros, tendo aumento desde 2008 até ao presente em mais de dez milhões de euros, o que significa que apesar de termos resultados negativos e o endividamento ter aumentado, o património aumentou três vezes mais o seu valor. **3.º. Interferência da Dívida nos encargos normais do Município.** Esta situação não acontece conforme os rácios indicam. A Autarquia de Chaves tem saúde financeira para poder acorrer à banca em diversas circunstâncias e com margens muito significativas.





É cada vez mais difícil arrecadar Receitas. Em 2009, ano eleitoral, arrecadámos menos 4 milhões de euros relativamente a 2008. Todos os anos acusam a Autarquia de aumentar os impostos, mas se repararem, em 2009 a arrecadação de impostos diminuiu. Tivemos a preocupação de interferir apenas com o que está orçamentado, quer nas Receitas, quer nas Despesas, gastando apenas o que estava definido no Plano Plurianual de Investimentos e implementámos vários centros de custos, dos quais destaco o armazém.

O Relatório de Actividades é muito pormenorizado, desde as obras adjudicadas, aos valores dos ajustes directos, à iluminação pública, aos espaços verdes, urbanismo, cultura, educação, desporto e acção social.

É importante informar que o Município de Chaves tem neste momento cinco dos seus serviços públicos devidamente certificados, o que demonstra que também melhorámos na questão dos Serviços.

Pagámos mais cerca de 700 mil euros do que aquilo que recebemos e as Contas espelham esse facto; à data de 31 de Dezembro ficaram por receber 3.721.916,64€ e nesta data é de 6,5 milhões de euros o valor que temos a receber. Tivemos a maior poupança corrente de sempre – 2,3 milhões de euros – o que significa que tivemos receitas correntes no valor de 19 milhões e seiscentos mil euros e as despesas correntes foram no valor 17 milhões e trezentos mil euros. Diminuímos as Despesas Correntes o que nos permitiu aumentar o investimento; a Receita de Capital foi de 11 milhões e a Despesa de Capital foi de 14 milhões de euros. Antecipámos o PEC no Município de Chaves.

Todos os anos se referem ao Pessoal. Se analisarem correctamente os documentos verificam que o aumento com Pessoal de 2008 para 2009 correspondeu rigorosamente aos 2,1% de aumento salarial, que infelizmente este ano não há. Mas se reparem esse aumento dobrou no que respeita às prestações sociais, relativamente aos vencimentos. Aumentaram os proveitos diferidos para 28 milhões de euros, significando que em 2009 captámos receitas que ainda não recebemos, na sua maioria provenientes de Fundos Comunitários. Se tivéssemos recebido esse valor em 2009 eliminávamos toda a Dívida de Curto Prazo e uma parte substancial de Longo Prazo. Esses proveitos diferidos foram ganhos em 2009 e serão recebidos nos anos seguintes.

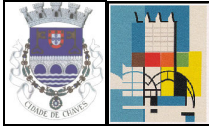
O Senhor Presidente da Câmara terminou a sua intervenção dizendo que o rigor de uma gestão não se verifica na previsão, mas sim na execução e no Município de Chaves essa execução é feita com rigor, com transparência, cumprindo todas as regras legais em vigor, permitindo que haja obras e grandes apoios sociais. Conseguimos dar resposta às grandes necessidades primárias, privilegiando as intervenções sociais e ainda reforçámos o património, investindo no presente sem comprometer o futuro. Pediu a aprovação da Proposta.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

**ANA MARIA RODRIGUES COELHO** do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“A elaboração e posterior execução dos Documentos Previsionais, manifesta a intenção do Executivo Municipal em assegurar a prossecução dos objectivos que se propôs, procurando simultaneamente ir de encontro à satisfação das necessidades locais, em matérias tão diversificadas como a Educação, Acção Social, Saúde, Protecção Civil, Actividade Económica em Geral, Habitação, Abastecimento de Água e Saneamento, Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Cultura, Turismo, Actividades Industriais, Transportes e Outras.

Estamos perante o princípio económico esmagador, da utilização de recursos escassos para satisfação de necessidades múltiplas e ilimitadas. Este princípio de escassez, associado ao princípio da transparência que deve reger qualquer economia



democrática, justificam o acto de prestação de contas, que visa simultaneamente justificar as escolhas efectuadas e os desvios ocorridos face ao objectivado e previsto.

As contas apresentadas pelo Executivo Camarário, e de acordo com a validação externa e independente de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cujo parecer cito "...apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL".

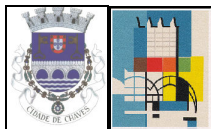
A análise dos dados contabilísticos e financeiros, não deve ser feita de forma desligada do cenário macroeconómico que o país atravessa, e que por diversas vias condiciona a actividade e actuação do executivo. Assim, perante um cenário nacional marcado pela retracção da actividade económica, pelo desemprego, pelo aumento dos problemas sociais, e como não, pelo gravoso desequilíbrio das contas públicas, é fácil compreender as dificuldades sentidas por um Município como Chaves, em cumprir integralmente os seus objectivos e manter indicadores orçamentais e financeiros idênticos aos de anos transactos, claramente mais "desafogados".

Perante este enquadramento geral, parece-me relevante realçar alguns aspectos principais, relativamente ao relatório apresentado:

1. Do ponto de vista da Execução Global do Orçamento, as taxas de execução de receitas e despesas ficaram aquém do previsto, respectivamente 50,9% e 53,3% respectivamente. Este diferencial é justificado em parte, pela imprevisibilidade a que muita da actividade municipal está sujeita, dependendo em muitos casos do desempenho de terceiros para o cumprimento dos seus próprios objectivos. Exemplo disso é a previsão de receitas provenientes de Impostos, (condicionadas ao desempenho económico das empresas e condições das famílias) ou o fluxo de receitas obtidas na execução de projectos comunitários (condicionados à disponibilidade de dotação para pagamentos por parte das entidades gestoras). Pese embora este desfasamento, face à conjuntura macroeconómica extremamente desfavorável e à crise aguda em que o país esteve mergulhado ao longo de 2009, os índices de execução orçamental atingidos, são altamente satisfatórios e indicativos do trabalho competente e esforçado desenvolvido pelo Município.

Uma análise mais profunda da estrutura orçamental apresentada, revela uma execução equilibrada entre a receita e a despesa, graças a uma boa taxa de execução da receita corrente (76,9%), que permitiu arrecadar alguma poupança face às despesas correntes, para cobrir despesas de capital. A execução menos conseguida das receitas de capital é em parte justificada pelo desfasamento no recebimento de financiamentos comunitários, que obrigaram o Executivo Municipal a um esforço financeiro em 2009, que apenas originará a entrada de capital correspondente em 2010. O elevado número de financiamentos e projectos comunitários em execução no Município, demonstram a capacidade e qualidade do trabalho desenvolvido pela equipa técnica do mesmo, mas também, o esforço financeiro e de tesouraria a que a Câmara Municipal está submetida, fruto da metodologia de pagamentos em vigor e da necessidade de comparticipação de parte dos investimentos. Assim, se justifica que tenham sido arrecadados 5. 632 905,20€ de receitas provenientes deste projectos, e se esteja a aguardar o reembolso de 3. 616 032,04€, referentes a despesas pagas em 2009, mas cuja receita só será arrecadada em 2010.

2. Do ponto de vista da estrutura das despesas e receitas, é de realçar o esforço de poupança feito pelo Município, e que se traduziu numa redução da despesa total de 12, 17%, sendo que as despesas correntes foram reduzidas em 8,2% face a 2008.



De entre as categorias incluídas na Despesa Corrente, apenas a rubrica de Transferências Correntes, teve um crescimento de 15,6%, evidenciando por um lado o esforço do Município em manter o seu apoio às juntas de freguesia e entidades sem fins lucrativos, reforçando a função social que qualquer executivo deve desenvolver, e por outro lado, o reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelas Juntas de Freguesia, que pela sua acção descentralizadora e pela sua proximidade com a população, constituem um elemento determinante na satisfação adequada das necessidades mais básicas das populações (destaque para as despesas com água e recolha de resíduos sólidos). Numa mesma lógica, também na rubrica de Transferências de Capital, referente a Despesas de Capital, foi atingida uma execução de 98,74% do previsto. Importa também realçar a contenção nas Despesas com Pessoal, que apenas cresceram 2,1%, o correspondente à actualização salarial feita a nível nacional. Do lado das receitas, registou-se uma quebra de 5,17% nas receitas correntes e 28,05% nas receitas de capital. Os impostos directos e indirectos, que representam apenas 24% da receita corrente e 15% da receita total sofreram uma quebra, indiciando as dificuldades económicas que o país e a região atravessam.

3. Parece-me também importante realçar a distribuição da execução do orçamento face às grandes opções do plano. Pese embora a execução total não seja excepcional, importa referir que dos 9. 863 897,32€ executados, 56,69% destinaram-se a Funções Sociais e 23,19% a Funções Económicas. Dentro destas destacam-se o montante afecto à Educação – 26,76% do total e aos transportes rodoviários – 14,8%.

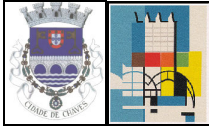
4. No tocante aos montantes de endividamento, o município cumpriu os limites de endividamento líquido a que está sujeito, mantendo uma distância confortável face ao exigido, no montante de 2.312 265,83€, facto assinalável num período de grandes dificuldades como foi 2009.

Para terminar, importa realçar que todo o esforço financeiro que tem vindo a ser feito pela Câmara Municipal de Chaves, têm-se traduzido num aumento do seu imobilizado, do seu activo líquido, do seu património. Estes bens, na forma de infra-estruturas e equipamentos diversos, constituem importantes instrumentos de dinamização socioeconómica do território, e por conseguinte, uma fonte de competitividade e de melhoria da qualidade de vida, para as empresas e população aqui instalados. A empresa que amanhã vai dominar o mercado, é aquela que durante a adversidade soube gerir os seus recursos e investir na preparação do seu futuro, antecipando-se assim aos seus concorrentes. Da mesma forma, um território que é capaz de num período de crise e dificuldades, investir em infra-estruturas económicas e sociais voltadas para o futuro, mantendo a sua gestão equilibrada, estará sem dúvida em posição dianteira para vencer os desafios do crescimento e do desenvolvimento, quando a economia retomar”.

**PAULA CRISTINA TEIXEIRA DE BARROS** do PS – disse que a discussão das Contas da Autarquia é um momento muito importante para a Assembleia Municipal e que esta Prestação de Contas tem muito a ver directamente com os Documentos Previsionais relativos a 2008 e é em função deles que estas foram elaboradas.

“A capacidade de prever aquilo que se vai arrecadar para poder estimar o que se pode gastar e serem definidas as competentes prioridades, é um exercício de gestão que deve progressivamente ser afinado e era isso que nós desejávamos que tivesse acontecido com o Município de Chaves, mas que não aconteceu.

Não vamos analisar o Relatório de um ponto de vista absolutamente técnico, porque sabemos que nesse aspecto cumpre com todas as regras e regulamentos constantes da legislação em vigor, mas vamos fazer alguns pedidos de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara e fazer a análise política que se exige.



A execução do Orçamento demonstra que a Receita cobrada no total de 31,36 milhões de euros, sendo 19,67 milhões de Receita Corrente, 11,69 milhões de Receita de Capital e 207 mil euros do saldo da gerência anterior. Ficaram por cobrar 3,7 milhões, com uma taxa de execução de 51%, contra 69% do ano anterior. Evidenciam-se as taxas da execução/orçamentado, com relevância nas verbas da Receita de Capital, com fracos índices de execução – apenas 32,5% e é de realçar a fraca capacidade na venda de bens de investimento, onde a taxa de execução é de 3,27%. No que respeita à Despesa assumida e paga pelo Município em 2009, esta representa 32,09 milhões de euros, sendo 17,35 milhões respeitantes a Despesa Corrente, onde sobressai o valor das Despesas com Pessoal, que representam cerca de 55% do total da Despesa Corrente, tendo crescido relativamente a 2006 cerca de 22%. A Despesa de Capital totaliza o valor de 14,75 milhões de euros.

A Autarquia salienta que comparativamente a 2008 fez uma redução de despesa de 15%, o que é verdade, os números comprovam isso, mas importa perceber em quais dos agregados da Despesa é feita esta redução; o que nós percebemos é que esta redução é feita em 8,3% em Despesa Corrente e em 16,4% na Despesa de Capital, o que significa que, em termos de Despesa, a de Capital é a que vai conferir algum retorno à Autarquia, de curto, médio ou longo prazos e, preferencialmente, devia ser aquela onde o corte deveria ser inferior. O Senhor Presidente poderá esclarecer-nos se houve ou não alguma inércia por parte do Município.

Quanto à evolução da Dívida, esta a 31 de Dezembro de 2009 totalizava 71 milhões de euros, superior à do ano anterior em 19,5%, tendo crescido, nos últimos 4 anos em 34%.

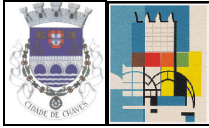
Gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara no esclarecesse sobre a origem dos resultados extraordinários negativos em 2,55 milhões de euros que constam da página 95 do Relatório. Salientamos ainda que os resultados financeiros, sendo negativos, duplicaram nos últimos quatro anos, passando de menos 451 mil euros para menos 976 mil euros.

O Senhor Presidente fez referência aos proveitos diferidos de 28,056 milhões de euros e ainda ao acréscimo de proveitos de 2,031 milhões mas gostávamos que nos esclarecesse a que respeitam estes proveitos diferidos e o valor que estima arrecadar.

Salientamos o facto de ver o agravamento do débito a fornecedores a curto prazo em cerca de 24%, o que corresponde a cerca de 4 milhões de euros e ainda os empréstimos bancários que cresceram 1,5 milhões. Isto acaba por se traduzir num exercício de pouca eficácia do Município que fica clara no quadro que é apresentado na página 98 onde se verifica que traduz um resultado negativo de 15% na arrecadação de receita e um resultado negativo de 12% na despesa. Este diferencial de 3% entre o desempenho negativo da Receita e da Despesa contribui para o agravamento do deficit da Autarquia.

Nas Grandes Opções do Plano e aquilo que o Senhor Presidente da Câmara definiu como prioridades no exercício do Orçamento respeitante a 2008, verificamos que o nível da execução não ultrapassou os 33%. Isto significa que foi feito um terço do que estava estimado fazer e assumido como poder ser feito. Chamo a atenção que em relação a estes níveis de execução de 33% nas Grandes Opções do Plano, o nível mais elevado é o que respeita a funções gerais, mas funções gerais não são as que respeitam aos objectivos estratégicos da Autarquia para caminhar em termos de desenvolvimento sustentado para o presente e apostando no futuro, até porque a percentagem da execução, no que respeita às funções gerais é de 59,25%, no que respeita às funções sociais é de 38,31% e nas funções económicas é de 19,46%. Sei que em termos absolutos isto corresponde a valores diferenciados mas no que respeita à taxa de execução é isto o que os números dizem.





Gostaríamos ser esclarecidos sobre o que consta no mapa da página 137 respeitante ao custo de matérias consumidas de 2 milhões 709 mil euros e o seu valor em termos de proveitos e ganhos, que representa aqui 4 milhões 542 mil euros. Gostaríamos ainda de entender a discrepância deste valor, nomeadamente no exercício comparativo com os custos, perdas, os proveitos e ganhos no exercício dos anos anteriores. Também gostaríamos de ser esclarecidos sobre a origem dos custos extraordinários que representam 12% do total dos gastos. Havia mais situações que gostaríamos de questionar e o próprio Relatório do Revisor Oficial de Contas levanta aqui algumas questões que são susceptíveis de alguma ponderação e esclarecimento. Não podemos deixar de referir que 2009 foi um ano em que houve menos receita, aumentou a dívida à banca, foram pagos mais juros, houve uma queda do investimento e uma execução orçamental, quer ao nível da Receita, quer ao nível da Despesa, inferior ao ano de 2008; neste momento a Câmara Municipal de Chaves está numa situação económica pior do que no final de 2008. As dívidas não são apenas a Instituições Bancárias mas também a fornecedores, o que significa que a Câmara Municipal de Chaves, numa conjuntura de crise, a nível nacional, contribui também para constituir dificuldades a algumas empresas às quais é devedora e gostaríamos de saber quais as dez empresas a quem a Autarquia deve mais, para podermos avaliar o impacto que pode ter em termos de actividade económica no Concelho.

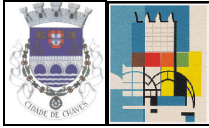
Ao contrário daquilo que se poderia esperar o corte que foi efectuado na despesa da Câmara Municipal não foi apenas em Despesas Correntes, mas sim e quase o dobro, em Despesas de Capital, que são as que nos poderiam conferir algum retorno. Salientamos ainda que neste momento o peso da Despesa com pessoal representa 55% das Despesas Correntes, o que equivale a um aumento de 7,5% em relação a 2008. A ideia global com que ficamos é que a Autarquia está a caminhar na direcção errada porque está cada vez mais endividada e aumentou muito a sua dívida a curto prazo, o que, em nosso entender, compromete a sua sustentabilidade financeira. De 2008 para 2009 houve uma queda de mais de 15% na Receita, o equivalente a 5,6 milhões de euros que teve dois factores: A não arrecadação de 1,7 milhões de euros em Receitas Correntes e de menos 4,53 milhões em Receitas de Capital, com relevância para a falta de venda de bens de investimento.

Verificamos que o nível da execução do Orçamento da Receita é de 51%, o que significa que a Autarquia arrecadou apenas metade da previsão que fez no início do ano, o que provocou o deslizamento na Despesa resultando num total de Despesa maior do que o total de Receita.

Se em 2008 a Autarquia tinha dívidas a curto prazo, na sua grande maioria a fornecedores, no valor de 13,8 milhões de euros, essa mesma dívida aumentou para 20,9 milhões em 2009 que dá uma percentagem de cerca de 52%. Nesta Prestação de Contas será de ter em consideração a inversão verificada na estrutura do passivo. Em 2008 o passivo a médio e longo prazos representava os 32,54% que já referi e em 2009 baixa para 26,98%, enquanto que o passivo a curto prazo que era de 24,9% em 2008, passou para 30,33% em 2009, invertendo os indicadores, o que não é o mais favorável para quem quer consolidar a estrutura financeira. Preocupa-nos a descida da Receita total, que é inferior à Despesa total, o que certamente vai acrescer os encargos financeiros no futuro.

No respeitante às transferências para as Juntas de Freguesia há muito tempo que o Partido Socialista defende que tudo o que sejam transferências e actividades da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia devem obedecer a critérios rigorosos com a definição clara de prioridades para que não haja qualquer confusão nem qualquer suspeição a recair sobre o Senhor Presidente da Câmara, na sua colaboração com elas. Tal como a Câmara também os Senhores Presidentes de





Juntas de Freguesia assumem encargos financeiros com as obras que vão realizando, em função da sua previsão na arrecadação de receitas, que em grande parte tem como suporte os Protocolos estabelecidos com a Câmara Municipal. Temos conhecimento que parte desses Protocolos estão por honrar e respeitam já a 2008, situação que nos preocupa e gostávamos de ouvir do Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre este assunto.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, fez referência ao anuário financeiro das autarquias para 2008 e eu procurei encontrar a nossa nas cinquenta com melhor desempenho; não a encontrei nas cinquenta melhores, mas reconheço que também não encontrei nas cinquenta piores, mas também não gatávamos que o desempenho da nossa autarquia fosse nivelado por baixo, mas sim por cima. Pode contar com o Partido Socialista para a elaboração de documentos Provisionais que se posteriormente se traduzam numa Prestação de Contas mais equilibrada e que nos possa satisfazer mais a todos"

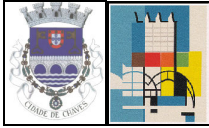
**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que as previsões da Câmara se basearam na irrealidade que o Governo do Partido Socialista nos vendeu em 2008.

“ Eu não vou entrar na discussão, apenas gostava se obter alguns esclarecimentos. É evidente que numa altura de crise e não é necessário ser economista, para saber que, relativamente à Despesa Corrente, para honrar o pagamento dos salários aos seus trabalhadores, o peso percentual dos salários tem inevitavelmente de aumentar. Nas intervenções feitas sobre esta questão foram referidos números que cada uma das intervenientes interpretou à sua maneira; a minha preocupação é perceber se as receitas provenientes da cobrança de impostos baixaram significativamente em função directa da crise económica, ou porque os cidadãos deixaram de pagar os seus impostos. Não é a mesma coisa que a actividade económica do Concelho abrande e por tal facto a colecta de impostos seja menor, ou porque muitos cidadãos tenham entrado em incumprimento; da mesma forma no que respeita ao pagamento de serviços como a água, saneamento etc. Tenho conhecimento que existem municípios na região do Algarve que têm dívidas a cobrar de água com valores superiores a quinhentos mil euros, vindo a agudizar-se nos últimos tempos.

A nós CDU preocupa-nos a evolução do exercício económico de 2009 que foi agora encerrado. No Orçamento de Estado em cada mês que passa descobrem mais umas décimas no deficit e o Partido Socialista quando analisa as contas do Governo coloca toda a culpa na crise mundial, mas quando analisa as contas do Município não tem uma palavra para avaliar o peso da crise económica, na qual o seu Governo tem tantas responsabilidades. Importa referir isto porque revela o rigor e a seriedade na forma de analisar as situações.

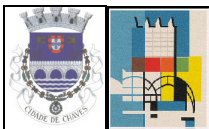
Perante os resultados de 2009, que são negativos, e perante um agravar da crise que nos preocupa imenso, perguntamos se o Executivo terá necessidade de um “Plano B” para as Contas da Autarquia relativas a 2010. Essa é que é uma questão importante onde devem ser estabelecidas prioridades e a CDU, ao longo dos últimos anos foi dizendo que a situação era má mas que iria piorar, em cada ano que passasse e, por mais que nos custe aceitar, todos sabemos que no ano que vem ainda estaremos pior. Por isso é necessário saber se haverá necessidade de corrigir os projectos apresentados no Orçamento da Autarquia para o ano 2010, definir as prioridades e verificar onde se pode cortar nas Despesas Correntes e envolver a Assembleia Municipal nessa discussão. É isso que está em cima da mesa neste momento e o importante é saber quais são os planos do Município de Chaves para se adaptar à crise internacional, nacional e do interior, para começar a ajustar a sua intervenção”.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às intervenções anteriores dizendo:



- À Senhora deputada **Paula Barros** devo dizer que os Documentos em análise contemplam toda a actividade da Autarquia relativa à gerência de 2009. A leitura que é feita dos números pode variar. Há um princípio na Filosofia que diz «que nunca há conclusões verdadeiras a partir de premissas falsas»; nós aqui temos um ponto de partida igual – os números. A Senhora deputada partiu de três premissas falsas em toda a sua análise. **1ª. Confundiu dívida com passivo.** Referiu os setenta milhões que são passivo e não dívida. Como bem sabe o passivo é composto pela dívida, mais os proveitos diferidos e se fizer contas verifica que o número está certo. **2ª. Confundiu claramente previsões com execuções** e quando lhe interessou usou, ora as percentagens da previsão, ora as de execução; esse exercício não condiz com o rigor com que devem ser analisados os números. **3ª. A confusão que fez com os números da página que citou não é menos importante.** A Senhora deputada não entendeu que o que aí consta são indicadores e não percentagens finais e confundir indicadores ou rácios de gestão, com percentagens finais de execução é outro erro crasso que, em análise de gestão, cai totalmente por terra. Depois destes três erros de base, tudo o mais que disse, não tem qualquer consistência em termos económicos e financeiros. O rácio do serviço da dívida está muito claro quando diz que os passivos financeiros relativos à Despesa total baixaram em 5,78%; são rácios e não percentagens de execução e por isso na apresentação que a Senhora deputada fez do Documento há confusões básicas que não dizem respeito à análise das Contas e Relatório do exercício do Município. *A Despesa com Pessoal* subiu em 2006, 2007 e 2008 porque conforme já expliquei por diversas vezes, nesta Assembleia, a Câmara Municipal de Chaves hoje não tem trabalhadores precários. Todos têm um contrato a tempo indeterminado ou termo certo. Temos apenas três avenças – o Médico, o Consultor Jurídico e o Geólogo. Mas gostaria de saber quais são as Câmaras do País onde não existem trabalhadores precários como a nossa. Isso custou ao Município um aumento substancial porquanto o funcionário passou a usufruir todos os direitos correspondentes ao seu vínculo e à sua carreira. Exemplo: 1 trabalhador que antes estava com uma avença recebia 1.000,00€ x 12, ao passar para trabalhador a termo certo ou indeterminado passou a receber 1.547,00€x14, para além dos encargos com a Segurança Social que subiram de 3 para 9%, de 9 para 11 e hoje estão em 13%. Se decalcar com atenção os números que estão na demonstração dos resultados verifica que os aumentos com pessoal não são nos vencimentos, mas sim nas prestações sociais. Mas a estabilidade e o bem-estar das pessoas também se paga e nós temos orgulho de ter as pessoas com solidez no seu posto de trabalho, num contexto em que o desemprego é o principal mal do País. Não temos feito novos contratos e o número de colaboradores tem diminuído em função das pessoas que passaram para a situação de reforma. De 2008 para 2009 os encargos apenas subiram 2,1% que foi exactamente o que a tabela salarial determinou.

A Senhora deputada referiu as dívidas. Efectivamente a Câmara de Chaves tem dívidas a terceiros, mas tem muito mais a receber de terceiros; a nossa dívida de curto prazo subiu para 21 milhões de euros, mas a de longo prazo desceu para 18 milhões. A de curto prazo subiu porque a Câmara Municipal tem para receber 6,5 milhões de euros que lhe devem e se recebermos esse valor repomos imediatamente a dívida a níveis perfeitamente comportáveis. Referiu ainda os proveitos diferidos, mas eu expliquei que esses valores são essencialmente provenientes de projectos comunitários e isso é que condicionou a execução do PPI, onde estava previsto esse valor. Valor que não recebemos porque os regulamentos comunitários do nosso País não foram apresentados devidamente em Bruxelas e a Senhora deputada sabe bem isso; qualquer País da União



Europeia apresentou manuais de procedimentos em Bruxelas com 80 páginas, mas Portugal apresentou manuais de 600 páginas, que não foram lidos e ninguém os entendeu e, por isso, tivemos um ano de espera até ser sanada esta situação. É desta forma que não se realizam obras nem obtemos os fundos que nos teriam permitido aumentar a capacidade de emprego e fortalecer a economia do País. É por isso que o QREN, já no quarto ano de exercício, tem 9% de execução com o País a sofrer as consequências. É nessa medida que o Governo e bem, aumentou agora as taxas de comparticipação para 80% inclusive nos Centros Escolares. Vamos receber a mais cerca de um milhão de euros do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade por esta circunstância. Estamos dispostos a ajudar o Governo, a cumprir, desde que nos pague. Se recebemos pagamos.

As principais dívidas que o Município tem a fornecedores (cerca de 7 milhões) – é necessário distinguir fornecedores e empreiteiros, porque são duas situações distintas – são, nomeadamente às Águas de Trás-os-Montes e à RESINORTE. Isto porque recebemos dos consumidores menos de um terço do valor total que pagamos a estas duas empresas; foi exactamente este o problema que coloquei à Senhora Ministra. O País não é solidário e tem de passar a sê-lo, porque essa situação é claramente a ruína das Autarquias do interior, se não passarmos a ter taxas comportáveis. A título elucidativo dou o seguinte exemplo: na área metropolitana de Lisboa compram a água a 10 cêntimos o m<sup>3</sup>, nós compramo-la às Águas de Trás-os-Montes a 62 cêntimos, inclusive a que se perde. Não há fundos comunitários para estes serviços. Temos várias obras em curso e a Senhora Ministra prometeu-nos fazer tudo para que, pelo menos os saneamentos possam vir a ser financiados

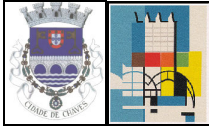
O certo seria que dos quinhentos milhões de euros que há para o País, duzentos milhões fossem canalizados para Trás-os-Montes; com essa disponibilidade financeira seriam feitas as obras para fornecimento em baixa, assumindo a Empresa das Águas todas as vertentes, inclusive as que não dão lucro. É por isso que esta Assembleia Municipal tem de lutar. Na questão dos resíduos sólidos acontece a mesma coisa; estamos a pagar em média um milhão e quatrocentos mil euros/ano pela recolha e tratamento e recebemos dos utentes uma média de 600 mil euros, quando recebemos. Para uma maior eficiência na arrecadação da receita proveniente da tarifa dos resíduos sólidos delegámos nas Juntas de Freguesia interessadas o seu recebimento revertendo a receita para a Freguesia. A título de exemplo refiro aqui a Freguesia de Travancas onde os utentes pagam (os que pagam) 50 cêntimos pela a recolha do lixo, o que dá no final do ano 6,00€; ao lado, no Município Galego, cada utente paga 7,40€ por mês. São estas as questões em que devemos de reflectir e o nosso Governo, como entidade reguladora, deve promover as condições necessárias a uma maior justiça social.

Se em Lisboa em vez dos 10 cêntimos passassem a pagar a água a 15 cêntimos, nós no interior poderíamos passar a pagá-la a 20 cêntimos o m<sup>3</sup> e aí sim haveria um maior equilíbrio e maior justiça.

Entendo que a tarifa dos resíduos devia ser cobrada pela EDP no recibo da energia consumida, porque aí, se não pagam, é cortada a luz de imediato.

Relativamente à água e aos resíduos sólidos o Município de Chaves propôs subsidiar apenas aqueles que necessitam; temos um estudo que nos diz que quem gasta menos de cinco metros cúbicos – normalmente são as pessoas mais idosas – e aqui seria justo que pagassem menos por cada metro cúbico. São estas questões de solidariedade e justiça social que nos devem merecer reflexão e o Governo devia ajudar.

A Senhora deputada citou os Senhores Presidentes de Junta, com os quais tenho um relacionamento de anos, que têm consciência e respeitam as dificuldades por



que a Autarquia está a atravessar. Apesar disso a Câmara Municipal de Chaves transferiu em 2009 para as Juntas de Freguesia cerca de um milhão de euros. É certo que estamos em dívida para com algumas delas (há juntas que embora tenham protocolos assinados não têm autos de medição para se poder pagar), mas todos eles sabem, porque lhes foi dito, que os protocolos assinados em 2008 só seriam pagos em 2009 e os que foram estabelecidos em 2009 só serão pagos em 2010. É isso que está a acontecer e temos de reconhecer o esforço das Juntas de Freguesia que muitas vezes fazem mais obras com o dinheiro que lhe transferimos, do que faria a Câmara se fosse ela a fazer essas mesmas obras. Mas hoje as coisas não são iguais a 2008. A crise estalou nesse mesmo ano e tudo se alterou a nível geral.

Comecei a minha intervenção dizendo que os resultados são negativos e assumo essa situação com clareza e com responsabilidade, mas essa clareza também diz que se recebermos o que nos devem e contabilizarmos a riqueza que criámos, sem mexer no património que sextuplicou, nos últimos oito anos, ficaremos com uma situação que a maioria das empresas deste País gostaria de ter. A dívida dos 308 Municípios do País é de cerca de sete mil milhões de euros, mas só o metro de Lisboa tem uma dívida de seis mil milhões; se a esse valor somarmos a dívida da CP e outras (a própria EDP que é uma grande empresa tem uma dívida de catorze mil milhões de euros), verificamos que os Municípios não são os causadores do défice e é justo que sejam analisadas as questões na sua justa dimensão.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** colocou a questão das taxas. Mais importante que as taxas é a execução das obras e nisso a Autarquia de Chaves tem cumprido. As obras em Chaves continuam em bom ritmo, o que significa que temos saúde financeira e capacidade para as realizar.

Não aceito, de bom grado, quando a Senhora deputada **Paula Barros** diz que há alguma inércia por parte do Município, porque não há. Como sabe, quando há candidaturas somos sempre dos primeiros a entregar as nossas e temos apresentado bons projectos para os quais, felizmente, temos conseguido bons financiamentos, embora nem sempre consigamos a sua realização final. Um bom exemplo disso é o QREN onde tivemos financiamento para a Fundação Nadir Afonso e para a Regeneração Urbana, que não pudemos realizar em 2009 porque as contratualizações só foram assinadas no dia 17 de Abril de 2010, e só a partir dessa data é que o Município teve dinheiro disponível para fazer a ligação do Casino ao Centro da Cidade. Avançámos com a obra e pagámos; para o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade antecipámos o pagamento de um milhão e meio de euros durante seis meses. Estava previsto receber esse valor antes das eleições, mas só o recebemos no início deste ano, por força de burocracias alheias ao Município.

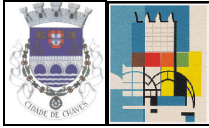
As taxas não traduzem o esforço, mas mais importante do que as taxas são as pessoas e as obras que se fazem.

O Senhor deputado **Manuel Cunha** perguntou se a descida dos impostos se deve ao não pagamento ou à actual situação económica. Não sei. Apenas posso referir que o aumento das cobranças difíceis do Município é menor do que a diminuição da cobrança de impostos, o que significa que haverá essas duas situações em simultâneo.

**DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – disse que a actividade política pauta-se por princípios de previsão, orçamentação e execução.

“Numa Autarquia que previu de 2008 para 2009, gastar 50% mais do que aquilo que conseguiu e que para 2010 cometeu o mesmo erro, ao apresentar um Orçamento de 63 milhões de euros, quando sabia, de antemão, que a economia tinha arrefecido de maneira a não poder manter estes valores, algo está errado.





No que respeita ao pessoal verifica-se um aumento gradual. Nos valores apurados em 2005 a percentagem de gastos com pessoal, na globalidade das receitas foi de 25,5%; em 2009 esses valores subiram para 29,65%, aproximando-se, perigosamente dos valores convencionados para gastar com o pessoal. Como se sabe há uma recomendação que diz que as despesas com pessoal não poderá ultrapassar os 31%. O Senhor Presidente diz que o Património da Autarquia quintuplicou ou sextuplicou, mas essa afirmação não é exacta, já que antes de este executivo gerir a Autarquia, o Património não estava avaliado. Isto não é criação de riqueza, mas sim inventariação e registo da riqueza.

Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara me informasse sobre as transferências para as freguesias. Tenho na minha frente a listagem dessas transferências e gostava de ser elucidado sobre os critérios para a celebração dos Protocolos e nomeadamente para o seu pagamento. Se foi em função da área de cada freguesia, em função dos seus residentes, em função dos seus eleitores, em função das suas necessidades. Em 2009 foram transferidos para Juntas de Freguesia do PSD 745.237 euros e para os do PS 237.897 euros, do que resulta uma diferença abismal e inconcebível. Terá de haver uma maior justiça na análise e na transferência destas verbas porque o Senhor é o Presidente de todos os Flavienses. Tenho também em meu poder os valores de 2008 e há freguesias que são privilegiadas, bastando citar a de Oura. Esta Freguesia recebeu em 2005 o valor de 55 mil euros e em 2009 85 mil. Recebeu mais a freguesia de Oura em dois anos do que quase todas as freguesias do Partido Socialista em 2009. É uma acusação com dados concretos. Mas há outras freguesias. Vidago, por exemplo, recebeu 15 mil euros em 2008 e em 2009 recebeu 20 mil, o que perfaz um total de 35 mil para os dois anos.

**O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** fez uma chamada de atenção aos Senhores deputados da bancada do Partido Socialista que abandonaram o hemiciclo, o que não é tolerável em termos de cidadania, em termos de democracia e em termos económicos.

**DEPUTADO JORGE MIGUEL FRANÇA DOS SANTOS** do PSD – usou da palavra para levantar três questões:

“ Seria interessante que a Senhora deputada Paula Barros fizesse o mesmo exercício de modo tão escrupuloso em relação ao Governo da Nação e em particular à obrigatoriedade do Governo para com o interior, uma vez que representa o nosso País e a nossa Região e nos fizesse chegar esses dados.

Sobre os critérios de transferência de verbas para as freguesias gostava de ser informado se os Senhores Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Socialista, na gestão exercida pelos executivos camarários que precederam o actual, têm algum documento que explicita os critérios que eram utilizados nessa altura, para essas mesmas freguesias. Seria um exercício importante e histórico, para se poder avaliar da justiça dos critérios anteriores e dos actualmente existentes.

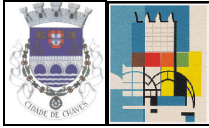
Tanto quanto me tenho apercebido, o Senhor Presidente da Câmara tem tido uma atitude equitativa e nenhuma Junta tem sido discriminada por ser do Partido Socialista”.

Terminou pedindo aos Senhores deputados da Nação – Dra. Paula Barros e Arquitecto António Cabeleira - a congregação de esforços no sentido de encontrar soluções, a nível superior, para protecção do Rio Tâmega, de modo a ser valorizado numa maior extensão, do que aquela em já foi através do Programa Polis. A responsabilidade nesta matéria não é só das Autarquias, mas também de outras entidades/organismos de carácter nacional.

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às intervenções efectuadas:

O Senhor deputado **António Almeida** apresentou questões que passo a esclarecer:  
**1º.** Nos documentos do Plano e Orçamento constam não só as previsões dos valores





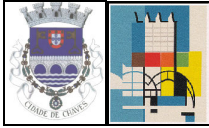
que anualmente se prevê arrecadar em termos de Receita e gastar em termos de Despesa, mas também a Dívida. Quando o Senhor deputado refere uma previsão de 63 milhões de euros, tem de lhe tirar o valor da dívida que o sistema contabilístico obriga a cabimentar. Se fazemos uma previsão de determinada despesa (combustíveis por exemplo) no valor de 150 mil euros, mas temos uma dívida de 70 mil, no orçamento temos de colocar 220 mil euros; se assim não for, no início do ano o sistema informático retira o valor da dívida e elimina o restante destinado à aquisição do combustível para esse ano. Por isso é incorrecto referir a não execução de 50%. Sei que há Municípios que não colocam a dívida nos seus documentos previsionais, valendo-se de outras formas, mas no Município de Chaves somos rigorosos e transparentes e não temos qualquer inconveniente em assumir a dívida, porque podemos demorar mais tempo do que desejaríamos para pagar, mas pagamos.

**2º.** No PPI consta um conjunto de financiamentos FEDER, que já anteriormente referi e que não puderam ser realizados porque não havia condições regulamentares para o efeito. É uma não execução do PPI que não é da responsabilidade da Autarquia, mas de todo um conjunto de circunstâncias e grande parte do valor que aparece nos proveitos diferidos são provenientes de Fundos Comunitários captados em 2009, mas não executados.

**3º.** Referiu novamente o Pessoal. O Senhor deputado sabe perfeitamente que há questões que a matemática resolve e se em 2009 tivemos menos quatro milhões de receita do que em 2008, logo, gastando o mesmo com pessoal, aumenta, naturalmente o rácio da Despesa nesse capítulo; o aumento da percentagem gasta com pessoal, relativamente ao total, não é porque pagamos mais, mas sim porque temos menos receitas.

**4º.** O Senhor deputado reduziu o Património da Autarquia apenas ao que é registado, mas esse é o que menos vale. Então as margens do Rio Tâmega e todas as outras obras que temos vindo a realizar não são hoje património do Município? São. E o Senhor deputado sabe que são, como também sabe que o nosso Património valorizou muito porque fizemos muitas mais obras do que no seu tempo como Vereador da Autarquia, que hoje são usufruídas por todos os cidadãos deste Concelho. Para além disso o Senhor deputado sabe quantos terrenos a Autarquia adquiriu na zona empresarial e quantos está a adquirir nas expropriações que está a levar a efeito neste momento? Registámos os bens do Município porque a certificação legal de Contas assim o exige desde 2005, apesar de ainda hoje termos muito Património que não está registado porque temos tido dificuldades de comprovar a sua proveniência e titulá-la.

**5º. *Protocolos com as Freguesias.*** Gostava que o Senhor deputado, que foi Vereador até 2002, recuasse a 1997 e confirmaria que havia freguesias, que tinham protocolos de 60 mil contos por mandato, enquanto que outras nem a mil contos chegavam, mas isso nem sequer vale a pena discutir porque os documentos existem e as pessoas não o negam. Vir aqui colocar essa questão é um desrespeito para com os Senhores Presidentes de Junta que viveram situações dessas e eu gostava que viessem eles aqui dizê-lo em vez de delegar no Senhor. Quando se faz um Protocolo com uma freguesia são tidos em linha de conta vários critérios, nomeadamente a área e a população. Mas para além dos Protocolos estabelecidos o Senhor deputado tem de contabilizar o investimento que a Câmara fez directamente nas freguesias. Só redes de saneamento foram executadas 33 e mesmo em Vidago, para além dos Protocolos, contabilize as obras que foram sendo feitas; se somar todo o investimento feito nas freguesias verá que a sua comparação é descabida e tenho a certeza que em muitas delas vai encontrar o contrário.



Para além disso os Protocolos com as Freguesias não são feitos por obrigatoriedade; a Câmara não é obrigada a fazer qualquer protocolo e o Senhor deputado sabe isso. A Autarquia abriu essa possibilidade por ser uma forma de se executarem obras que são necessárias às populações, mas as prioridades são dadas pelos Senhores Presidentes das Juntas e os Protocolos são assinados em função disso. Embora não seja genérico sei que isso é utilizado, pontualmente, como arma política, mas é necessário ter em conta o investimento da Câmara através das obras que faz directamente e que paga. Há também freguesias com as quais são assinados Protocolos e pagos e os Senhores Presidentes da Junta escondem isso da população, fazendo-as acreditar, em certos casos, que a Câmara não lhe transfere o dinheiro, o que não é verdade. Há dificuldades é certo, mas todos são conscientes disso e a pouco e pouco vamos cumprindo. Pergunto aos presentes se nos mandatos anteriores alguma vez foi investido tanto nas freguesias rurais como tem vindo a ser feito desde que este executivo tomou posse pela primeira vez em 2002.

A minha actuação com as Juntas de Freguesia será sempre a mesma e não é por intervenção sua ou de quem quer que seja que vai mudar e julgo que a maior parte dos Senhores Presidentes da Junta quer dos mais antigos, quer dos mais novos não se têm sentido mal nessa matéria.

O Senhor deputado **Jorge França** referiu a questão dos critérios, que já esclareci mas não é fácil criar um critério/fórmula para fazer Protocolos, até porque não é obrigatório. Fazemo-los em função das obras indicadas como mais necessárias, pelos Senhores Presidentes. Este ano, por exemplo, foram feitos muitos protocolos para muros que ruíram por causa do inverno rigoroso e é bom ter consciência que todas as Juntas de Freguesia recebem anualmente do Estado uma verba para despesas de funcionamento e para pequenas obras de investimento.

No Rio Tâmega, com a entrada em funcionamento dos emissários que estão a ser concluídos, nas suas margens, a qualidade da sua água vai melhorar consideravelmente. Neste momento não temos condições para construir uma Ciclovía até Espanha mas estaremos atentos e se nos surgir a oportunidade aproveitá-la-emos. O nosso maior problema era o lançamento de águas residuais no Rio Tâmega, mas isso vai deixar de acontecer totalmente com os emissários. Esperamos que na parte da Galiza – Verin e Oimbra - façam o mesmo que nós.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 87 votos a favor do PSD, 12 abstenções do PS, 1 abstenção da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

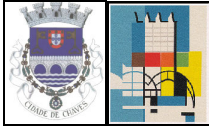
#### **PONTO 4. - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº. 23/GAPV/2010.**

Sobre este Ponto o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta Proposta diz respeito ao Regulamento para liquidação e cobrança de taxas municipais, na área administrativa, uma vez que as urbanísticas tinham sido aprovadas no final do ano, passando agora a constar de uma tabela única

Tal como na área das operações urbanísticas não há aumento para as taxas existentes e nas que são criadas o valor foi estipulado de acordo com o estudo económico efectuado.

**DEPUTADO FRANCISCO PINTO DE BARROS** do PS – usou da palavra para dizer que nesta Proposta foi aplicado o princípio da conformidade.

“ Não se questiona a qualidade deste Regulamento, menos se duvida ainda da capacidade do Dr. Pedro Mota e Costa, uma vez que trabalhou para a Associação Nacional de Municípios, apenas sugerimos que seja feita uma recomendação de equilíbrio na relação custo taxa, por forma a evitar situações de discrepância. Vamos votar favoravelmente esta Proposta



*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 5. CONTRATAÇÃO DE EMPRESTIMO DE MEDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 828.003,10€ E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO. PROPOSTA N.º 7/DGFEP/2010.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta dizendo que o Município de Chaves tem uma boa capacidade de endividamento que aumentou desde Dezembro de 2009, até esta data.

Na informação constante do processo constam as obras consignadas ao empréstimo agora solicitado, e depois das consultas feitas às Instituições Bancárias, com dependências no nosso Concelho, verifica-se que foi o Banco Bilbao Biscaia o que apresentou a melhor Proposta. Nesse sentido pede-se autorização à Assembleia Municipal para contracção de empréstimo no valor de 828.003,10€ a esta Instituição Bancária.

Esclareço a Senhora deputada Paula Barros que este empréstimo não se destina a obras já realizadas, mas sim a obras facturadas no corrente ano de 2010.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**PONTO 6. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR INFORMAÇÃO N.º 45/DED 10-03-17**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que esta Proposta contempla duas adendas e a introdução de uma alínea nova.

N al. b) do art. 5º, onde anteriormente se exigia o atestado de residência, é introduzida a obrigatoriedade de mencionar o número de anos de residência no nosso Concelho pelos candidatos, para ter acesso à Bolsa, que são no mínimo cinco anos.

Uma das adendas prende-se com a média de entrada no Ensino Superior. Por último no n.º 5 do art. 8º é acrescentado que os candidatos que já tenham sido contemplados com uma Bolsa e por ventura a tenham perdido, não podem voltar a candidatar-se à Bolsa do Município.

Informo esta Assembleia que este foi o primeiro ano em que tivemos mais pedido de Bolsas do Ensino Superior do que as disponíveis; houve 37 candidaturas para as vinte Bolsas disponíveis.

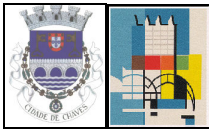
Apenso à Proposta estão as duas versões do Regulamento para melhor apreciação.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

**DEPUTADA LICINA ISABEL CARRAZEDO ALVES** da CDU – disse que as Bolsas de Estudo são uma mais valia para quem não tem possibilidades de prosseguir os estudos do Ensino Superior.

“Contudo e porque as Bolsas são garantidas apenas para os dez meses de aulas, a CDU sugere que nos dois meses referentes às férias os bolseiros tenham prioridade em ser escolhidos para executar tarefas no Município, no período de férias, que sejam remuneradas; sugerimos ainda que os processos sejam menos morosos e entendo que isso é provocado pela burocracia, mas sei que os alunos não recebem mensalmente as Bolsas, conforme estipula o Regulamento, mas sim nos primeiros meses do ano civil”.

**DEPUTADO JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES** do CDS – disse que todas as pessoas com mais de vinte e três anos podem candidatar-se ao Ensino Superior e que a questão das médias não pode ser julgada desta maneira. É uma questão técnica.



“Quando se fala da média de acesso ao Ensino Superior, esta pode ser aumentada com os currículos dos Cursos das Novas Oportunidades, das pessoas que já estão a trabalhar etc. Sugiro que esta questão seja muito bem estudada, porque no caso dos alunos maiores de vinte e três anos, e das Novas Oportunidades, pode criar situações um pouco complexas.

Na questão da residência, a nossa Constituição permite a liberdade de circulação e não pode penalizar as pessoas; uma pessoa que vem do Algarve e entra num curso em Chaves, deve ter direito a uma bolsa uma vez que passou a residir aqui”.

**DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – disse concordar com todo e qualquer Regulamento que beneficie pessoas com menos possibilidades, a terem acesso aos recursos económicos que lhe permitam fazer a sua formação superior.

“Embora entenda que tem de haver limites, o Regulamento devia contemplar outras situações; é que normalmente os jovens dos meios menos favorecidos em termos económicos são por vezes aqueles que têm menos aproveitamento escolar.

Sugerimos que o Regulamento não exclua de imediato, mas possibilite fazer uma análise caso a caso, de forma que consiga contemplar jovens que não preencham os requisitos propostos, mas que tenha em conta o seu trajecto e o seu agregado familiar de onde vem”.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu aos Senhores deputados dizendo:

A Senhora deputada **Licinia Isabel** fez uma sugestão que podemos aceitar, desde que se reúnam as condições para o efeito.

A bolsa que a Autarquia concede é de 200€ para quem estuda fora de Chaves e setenta e cinco para os que estudam aqui. Se esses bolseiros estiverem disponíveis nos meses que referiu e se houver possibilidade, analisaremos a situação caso a caso.

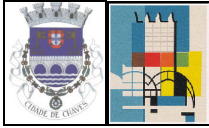
A questão do pagamento prende-se com a aprovação do Orçamento, que contempla o ano civil e não coincide com o ano lectivo. O normal é receberem parte entre Janeiro e Março e o restante depois, mas os bolseiros sabem isso. É uma questão que podemos tentar aperfeiçoar mais.

O Senhor deputado **João Sanches** referiu a questão da média, mas o certo é que nós temos de ter uma referência mínima no Regulamento. Desde o seu início o Regulamento já sofreu várias emendas, mas refere claramente que se destina a pessoas residentes no Município; não faz muito sentido estar a subsidiar um estudante do Ensino Superior que venha do Algarve ou da Madeira. O Regulamento permite-nos ser selectivos e discricionários nesta matéria e é isso que devemos fazer. O nosso Regulamento não prevê candidaturas para alunos com mais de vinte e três anos, contemplando apenas os alunos que fazem o seu percurso normal no ensino.

O Senhor deputado **Anselmo Martins** referiu uma situação diferente. A média é uma referência mas no presente ano lectivo tivemos mais candidatos e houve a necessidade de ter em conta os critérios constantes do Regulamento. Nos anos em que houve menos candidatos, houve alunos que tiveram acesso à bolsa mesmo não tendo a média necessária. Este ano havendo um número de candidaturas muito superior ao limite, tivemos necessidade de ser mais criteriosos. Sabemos que não é fácil atender a casos especiais, mas a nossa vontade é de poder ajudar efectivamente as pessoas que necessitam e procuraremos continuar a ser o mais justos possível nesta matéria, cumprindo o Regulamento e os critérios definidos.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **7. ADESÃO À QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES. INFORMAÇÃO N.º 28/DDE/2010.**



**O PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que são já vinte e cinco os municípios portugueses que fazem parte desta Associação que tem por objectivo apoiar e potenciar o trabalho autárquico já desenvolvido em matéria de valorização dos produtos locais, a melhoria das condições dos estabelecimentos, a promoção comercial, turística, cultural e de defesa do consumidor, criando e gerindo marcas colectivas, nos termos dos Estatutos anexos à Proposta.

O Município de Chaves não fazia parte desta Associação que tem a sua sede em Portalegre e tem outros aderentes, nomeadamente Associações de Agricultores. A nossa cota será estipulada em função dos nossos eleitores e temos a convicção que este será um passo decisivo em termos de qualificação dos produtos locais.

**DEPUTADO ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS**, do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que no âmbito da Proposta de Adesão à Qualifica – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização dos Produtos Tradicionais Portugueses - e tendo em conta os reconhecidos benefícios que da mesma emergem, para o nosso Concelho, o Partido Socialista não poderá deixar de votar favoravelmente nesta Proposta.

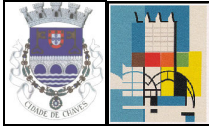
“Levantam-se, no entanto, algumas ressalvas sobre as quais rogamos aqui a devida ponderação. Compulsada toda a documentação anexa à Proposta, considerar-se-ão os propósitos da entidade em causa – a Qualifica – de importância fulcral ao desenvolvimento da nossa economia local. De facto todas as energias e sinergias gastas e desenvolvidas no sentido da valorização e dotação de capacidade produtiva do nosso património assumirão sempre uma importância central na construção de bases sólidas que sustentaram o urgente impulso do Concelho de Chaves e com ele, necessariamente, a economia e o emprego. Tudo isto está certo e tudo isto é desejado pelas populações, mas não devemos assumir, que pela simples adesão a uma pessoa colectiva desta natureza e com este objecto, que todo o trabalho aparecerá por si só. Não devemos considerar que pelo facto do nosso Município passar a assumir a qualidade de membro da Qualifica, toda a reviravolta se iniciará, no que ao património gastronómico, agro-alimentar, ambiental ou turístico concerne.

Exige-se de uma Câmara Municipal o conhecimento dos produtos característicos da sua área geográfica e pergunta-se que trabalho foi, tem sido, ou irá ser desenvolvido neste sentido; que produtos se encontram valorizados com o apoio da Câmara Municipal e mesmo respondendo com os nossos mais característicos produtos – o pastel de Chaves ou o fumeiro – o que tem sido feito no sentido de valorizar a sua produção com qualidade e características próprias. Tais indagações prendem-se com o facto de a Associação Qualifica se propor potenciar o trabalho já desenvolvido pelos Municípios. Por outras palavras, esta entidade assumirá a responsabilidade de promover nos mercados internos e externos um produto cuja caracterização e definição de qualidade foi previamente trabalhada pelo Município. Reputamos por isso, urgente que a nossa Câmara Municipal encare todo o património atrás referenciado, como um meio de, valorizar, fomentar a economia que se prende com a sua produção e, por um acento tónico no produtor e na melhoria da sua qualidade de vida.

Só desta forma elevaremos os índices de emprego nestas áreas, lutaremos contra a desertificação do meio rural e estaremos a defender a nossa geografia, paisagem e economia autóctones. Ainda nesse sentido deverá ser alimentado um constante diálogo com as Associações de produtores locais que constituem, afinal, a nossa economia social, e com produtores individuais, naquelas não integrados, o que, nos parece não tem sido feito.

Em conclusão, não obstante o voto favorável do Partido Socialista exige-se muito mais à nossa Autarquia. Exige-se que desenvolva programas de intervenção a este nível, que permitam arregar-nos proprietários de determinados bens, com





## Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 02/2010

características só nossas e que representem uma mais valia, em termos de fomento, do empreendedorismo do nosso tecido produtivo.

Apesar de nos parecer que a construção deste prédio foi iniciada pelo telhado, pensamos ainda estar a tempo de reforçar as suas bases”.

**O PRESENTE DA CÂMARA** informou o Senhor deputado **António Jorge Pinto de Barros**, que o Município de Chaves já entregou os cadernos de especificações à mais de dois anos na Direcção Regional de Agricultura.

A adesão a esta Associação, tem também o objectivo de avançar com o processo burocrático, que tem estado lento, não sabemos porquê, naquela Direcção Regional. Mas o trabalho a que o Senhor deputado se referiu está feito pelos Técnicos do Município, com aporções externas e com Associações; esperamos que agora haja esse impulso decisivo na certificação dos nossos produtos.

*Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, \_\_\_\_\_

O 1º. Secretário, \_\_\_\_\_

O 2º. Secretário \_\_\_\_\_

A Funcionária \_\_\_\_\_